



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1980

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Domicio Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basilio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elisio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 25/80

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de renovação adiante especificados, dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com os seguintes Municípios, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Município e data do Termo de Renovação	no de convênio renovado
RIO BRANCO DO SUL – 10/03/80	15/77
PORTO VITÓRIA – 12/03/80	26/77
CAMPO DO TENENTE – 14/03/80	31/77
RIO BRANCO DO SUL – 10/03/80	20/78
MARILÂNDIA DO SUL – 14/03/80	181/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 26/80

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo e de Re-Ratificação número um, datado de 10 de dezembro de 1979, ao Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a participação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios à formulação do Modelo Territorial para o Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à aprovação desta augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

– Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Do Sr. DIMAS DE ABREU, Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP, nos seguintes termos: solicitar a Vossa Excelência que efetue gestões junto aos órgãos governamentais no sentido de instalação, em caráter de urgência, de um Posto Avançado do Banco do Brasil S/A no Município de São Jorge do Oeste, pois em função da ausência dessa instituição financeira na cidade, os agricultores e comerciantes se vêem forçados a se deslocarem a grandes distâncias, objetivando a resolução de seus problemas financeiros – Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta data, após longa enfermidade, do Sr. MATHIAS JACOMEL JÚNIOR.

O extinto, de tradicional família, era irmão do saudoso ex-Deputado Leopoldo Jacomel, e teve destacada participação na política, exercendo o cargo de Prefeito de Piraquara, como também atuou sempre com dedicação em todos os programas visando o bem estar social da comunidade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Av. Presidente Afonso Camargo, 3155, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, em trágico acidente, no último dia 03 do corrente, do Sr. MANOEL CARDOSO RIESEMBERG, nas proximidades de Guarapuava.

O extinto era Delegado de Polícia em Laranjeiras do Sul. Filho do saudoso ex-Deputado DR. ALVIR RIESEMBERG, o Dr. MANOEL CARDOSO RIESEMBERG teve destacada atuação na vida política, tendo exercido as funções de Vereador em União da Vitória.

O passamento do Dr. Manoel, deixa consternado ao seu numeroso círculo de amizade, bem como a tradicional família Riesenbergs.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Praça Coronel Amazonas, n.º 524, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1.980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

Apoio: - Deni Schwartz.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Paraná, encontra-se profundamente consternado pelo falecimento do Dr. Raul de Azevedo Macedo, ocorrido em data de ontem.

Lastimável, sob todos os aspectos, o desaparecimento de tão importante figura da vida política e social do nosso Estado, que durante o transcorrer de sua existência, exerceu funções de grande relevo, entre as quais as de Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas, Prefeito Municipal de Curitiba, Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina e Diretor do Departamento de Edificações e Obras Especiais.

De tradicional família de nossa terra, dignificou o Paraná pelo seu exemplar tirocinio administrativo e ilibada conduta moral e social.

Na intenção de associar-nos às milhares de manifestações de pesar que, por certo, estão sendo dirigidas à família enlutada, é que requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, deste voto, dando-se ciência a seus familiares da decisão desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) PALÁCIOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelos falecimentos dos jovens CARLOS EUCLIDES THOMÉ DA SILVA e IDILSON LUIZ RIGOLINO, ocorrido tragicamente em acidente aviatório no dia 19 de março p.p. nesta Capital, consternando profundamente a sociedade curitibana, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que os extintos angariaram durante suas vidas.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência às famílias enlutadas, o primeiro com endereço à Rua Buenos Aires, n.º 591, Senhor Jerônimo Thomé da Silva, e o segundo Senhor Idilson Rigolino, à Rua Lamenha Lins, n.º 190, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) JOÃO MANSUR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora TEREZINHA FORTES MARTINS, ocorrido nesta Capital, no dia 1.º de abril do ano em curso, deixando viúvo o Senhor Armando Martins de Souza, e dois filhos Carlos Eduardo e Mariza. A extinta era irmã do nosso amigo Deputado Wilson Figueiredo Fortes.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, dê-se ciência

aos seus familiares residentes nesta Capital, à Rua Emiliano Perneta 195, Ed. Sertaneja, 2.º andar, Ap. 22-A.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(aa) JOÃO MANSUR e
PINTO DIAS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na Cidade de Joaquim Távora, neste Estado, da Senhora ERCÍLIA DOMINGUES NEVES.

A extinta era esposa do Sr. ADELINO NEVES JÚNIOR, residente em Joaquim Távora, neste Estado.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade tavorense, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que a extinta angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada na pessoa do Sr. ADELINO NEVES JÚNIOR.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido neste dia, nesta Cidade de Curitiba, do Sr. ÂNGELO VIALE.

O extinto era progenitor do Dr. EZEQUIEL HONÓRIO VIALE, Procurador Geral do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade curitibana, por ser uma pessoa tradicional, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada na pessoa do Dr. EZEQUIEL HONÓRIO VIALE.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu-ACIFI, em nome do Presidente eleito, WADIS VITÓRIO BENVENUTTI, a quem solicito seja dado ciência do presente.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu é hoje uma das organizações de classe mais participativas dentro da comunidade iguaçuense, desenvolvendo junto ao comércio e indústria um trabalho de coordenação e assessoramento, que tem feito dos setores primário e secundário uma das grandes afirmações econômicas de Foz do Iguaçu.

A ACIFI em suas atividades tem abrangido os diversos setores da realidade econômica e política de Foz do Iguaçu, exercendo considerável participação em assuntos como Expor-

tação, Mercado Interno, construção da Ponte Brasil-Argentina, criação da Área de Livre Comércio de Produtos Nacionais Distrito Industrial e Ferrovia do Soja.

Dessa forma, requeiro este voto de congratulações à Diretoria que acaba de ser empossada, como estímulo a uma profícua gestão.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao Diretor e todo o corpo funcional do Arquivo Público, pelo transcurso dos 125 anos de existência deste importante serviço da administração paranaense.

Em todo o Brasil registra-se de certo tempo aos dias atuais, movimento deflagrado por historiadores, professores e estudiosos de História e pelos que lidam nos Arquivos, no sentido da preservação da memória nacional, isto é, da proteção dos documentos históricos que se encontram nas mãos de particulares e principalmente nos Arquivos em geral.

Cresce no País o interesse pelos Arquivos, porque é neles, efetivamente, que se encontram as provas inofismáveis dos fatos da nossa História, isto é, os documentos que revelam, com segurança, todas as etapas do nosso desenvolvimento político, social, econômico e administrativo.

Diz-se, com acerto, que os Arquivos transmitem o passado ao presente e transmitirão o presente ao futuro.

A Arquivística vem evoluindo de tal forma, que se torna necessário, aos que lidam nos Arquivos, um constante aperfeiçoamento, pois arquivar não é simplesmente guardar papéis e documentos, mas, em verdade, organizá-los de tal forma que se cumpra efetivamente a missão dos Arquivos: recuperação imediata das informações que os documentos contêm.

Não há História sem documento - sentenciam judiciosamente os Mestres da História. Os documentos públicos e privados, são a fonte informativa primária sobre o desenvolvimento de uma Nação, e constituem, por essa razão, mesma, uma parte incomensurável do seu patrimônio cultural. Os documentos públicos são propriedade do povo e por delegação do povo são administrados pelo Governo através dos Arquivos que são as instituições especificamente previstas para a conservação, organização e serviço eficaz e econômico dos documentos uma vez hajam estes cumprido sua função ativa. E porque os Arquivos cumprem missão indispensável em toda sociedade, e porque nenhuma instituição pode substituí-los nessa missão, é que nos permitimos, neste instante, assinalar, com o mais justificado júbilo, o transcurso, nesta data do 125.º aniversário do nosso Arquivo Público, criado pela Lei n.º 33, que a 7 de abril de 1.855 foi sancionada pelo primeiro Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 189/79, de sua autoria, e que visa declarar de utilidade pública o "Centro Espírita Ogum Marinheiro".

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção

nos Anais desta Casa do inteiro teor do pronunciamento anexo, do ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI, FOUAD MOHAMAD FAKIH, por ocasião das solenidades de posse da nova Diretoria, no último dia 22 do corrente.

Solicita, outrossim, que seja dado ciência do presente ao mencionado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1.980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendendo as formalidades legais, REQUER um VOTO DE PROTESTO ao Ministro da Saúde, Sr. Waldir Arcoverde, tendo em vista o desligamento do cientista Albert Sabin da campanha contra a poliomielite, quando este informava à Nação irressignado, que o Ministério da Saúde vinha ao longo destes últimos anos manipulando dados estatísticos relacionados com essa epidemia.

Requer, outrossim, um VOTO DE SOLIDARIEDADE ao referido cientista, pela sua honesta e corajosa posição em denunciar que no Brasil, na realidade, existe 10 vezes mais casos de poliomielite do que afirma o Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER um VOTO DE REPÚDIO à Confederação Nacional da Agricultura pelas acusações que fez a Igreja; bem como REQUER um VOTO DE SOLIDARIEDADE à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros pelo extraordinário trabalho que a Igreja vem desenvolvendo em favor dos oprimidos, dos sem terra, dos injustiçados, dos pobres, num renovado compromisso com a problemática social, sob clara inspiração dos princípios libertadores do homem e reencontro com as raízes evangélicas.

Requer, também, o envio de expediente à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, comunicando o teor do presente.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, DD. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando imediatas providências no sentido de dotar Campo Mourão de um Posto de Saúde que atenda realmente as necessidades e exigências de sua população.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, sede da Micro-Região da COM-CAM, recebe atualmente grande fluxo de pessoas que se deslocam de toda a região, buscando atendimento médico quer no INPS, FUNRURAL e no Posto de Saúde, encontrando ali um atendimento que não satisfaz dado a precariedade de suas instalações e mesmo pelo diminuto espaço físico, o que resulta inúmeros problemas a todos, isto é, funcionários e pessoas carentes.

Urge, portanto, que se construa um Posto de Saúde ou que se proceda a reforma e ampliação no existente, para que a população carente de seus serviços possa de fato ser atendida como necessita.

Salientamos aqui, que solicitação no mesmo sentido foi dirigida à Secretaria da Saúde e Bem Estar Social pela Loja Maçônica Oliveira Zanini n.º 45, o que queremos aqui reforçar.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, a partir do próximo mês de julho, pagarão aos agentes credenciados pelo BNH novos valores pelas prestações vincendas dos contratos de financiamento.

Hoje, três meses antes da aplicação da correção desses valores, a população brasileira está apreensiva. Notícias veiculadas publicamente informam que essa correção deverá superar a faixa dos cinquenta por cento dos atuais valores, o que, com toda certeza, criará maiores embaraços aos brasileiros das classes média e baixa. Classes, aliás, que mais têm sofrido os efeitos da inflação acumulada dos últimos doze meses, de 83,8%.

Nessas classes, está concentrada praticamente a totalidade dos assalariados do País, cujo poder real de compra tem se deteriorado muito rapidamente.

Os agentes do Banco Nacional da Habitação, diariamente, executam mutuários em atraso com as suas obrigações contratuais. E o Governo Federal, agora, estuda nova modalidade de financiamento e o destino da medida é o inadimplente conjuntural; vítima das dificuldades presentes, destinatário da conjuntura avessa à própria estabilidade social.

É notório o magnífico alcance da ação governamental no setor habitacional. Foi, através dos seus mecanismos, múltiplos e bem distribuídos, que ponderável fatia da população brasileira conquistou o direito de viver sob teto próprio.

Entretanto, impossível ignorar o quadro de enorme penúria a que estão sendo submetidos milhões de brasileiros.

Muitos, ainda em barracos, longe dos benefícios da civilização moderna. Outros tantos, concentrados nos conjuntos habitacionais e nos grandes aglomerados urbanos, graças aos efeitos positivos da política habitacional do Governo. Muitos outros, é certo, enfrentando as dificuldades da crise econômica que, nem mesmo as maquinações numéricas podem esconder.

Isto posto, nos termos regimentais, o Deputado que o presente subscreve, apela à diretoria do Banco Nacional da Habitação, no sentido de absorver parcela da correção a ser aplicada às prestações a serem pagas, a partir de julho, pelos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. Como organismo de fundo marcadamente social, atendendo a proposta ora sugerida, o BNH não só evitará maior tensão social no País, como também contribuirá para melhor redistribuição da renda nacional.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, no sentido de encarecer junto ao referido Secretário, a necessidade da construção de uma unidade escolar no Distrito de Prado Ferreira, no Município de Miraselva.

Cumprido ressaltar que no referido Distrito está funcionando o Grupo Escolar Júlia Wanderley, sendo utilizado no entanto - em condições precárias - um imóvel que pertence ao município.

Construída a nova unidade escolar, com pelo menos 8 salas de aula, o atual prédio seria de imediato utilizado pela Prefeitura para assistência médica e odontológica para a população do Distrito - distante 15 km da sede e localizado numa

região extremamente pobre.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O signatário abaixo, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam oficiados ao Senhor Governador do Estado, NEY BRAGA e ao Senhor Secretário da Educação, Professor EDSON MACHADO DE SOUZA, solicitando o estudo de possibilidade em se conceder ajuda ao Colégio Agrícola de Campo Mourão, a fim de melhorar suas instalações, adequando-o convenientemente, com o material necessário ao cumprimento do seu objetivo profissionalizante, podendo assim, tornar-se compatível ao mercado de trabalho a que se propõe o desenvolvimento agrícola da região.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Dentro do princípio exarado em um velho ditado chinês: "Se leio eu esqueço, se vejo eu lembro, mas se faço eu aprendo" é que o Colégio Agrícola de Campo Mourão baseia sua filosofia de vida.

Esse Colégio tem por objetivo a qualificação do jovem na área profissionalizante de Técnico em Agropecuária, desenvolvendo suas potencialidades, fazendo-o auto-realizar-se e preparando-o para o exercício consciente da cidadania; isto é, considerando-o como um todo, cujas qualidades, bem orientadas, servirão para encaminhá-lo na senda da justiça e do dever, como cidadão prestante à família, à sociedade e à Pátria.

Essa escola, a exemplo de outras similares, para oferecer aos seus educandos uma educação integral, necessita de condições materiais, de forma a atingir as reais necessidades daqueles que a procuram.

Se analisarmos em rápidas palavras, sintetizando o que é o Colégio Agrícola, como funciona, como se sustenta o que possui e qual a sua clientela, haveremos de encontrar o justo apoio para a nossa reivindicação:

O COLÉGIO AGRÍCOLA DE CAMPO MOURÃO, aprovado pelo Parecer 154/76, do Conselho Estadual de Educação e criado pelo Decreto Governamental 1.107/79, tem como entidade mantenedora a FUNDESCAM - Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão. Funcionando em horário integral, abriga 95 jovens do Paraná, assim matriculados:

INTERNOS : 50 ALUNOS;

SEMI-INTERNOS : 05 ALUNOS;

EXTERNOS : 40 ALUNOS.

Mantém o curso de Técnico em Agropecuária, que sob a supervisão de pessoas especializadas na área, se dedica ao estudo, orientação, execução e controle de trabalhos específicos na agricultura e pecuária. Como se vê, o jovem, ao terminar o curso estará apto para assumir e coordenar as empresas do ramo, quer sejam elas, particulares, mistas ou estatais, garantindo a melhoria das nossas colheitas e selecionando plantéis dignos da tecnologia que nossa pecuária de corte e leiteira exige, bem como estará possuído dos pré-requisitos para ingressar em Curso Superior ligado à área.

O Colégio Agrícola, funcionando no sistema ESCOLA-FAZENDA, compreende 4 (quatro) setores de aprendizagem:

a) SALA DE AULAS - (Teoria)

- Formação Geral

- Formação Específica

b) AGRICULTURA - (Teoria e Prática)

- Culturas

- Horticultura

- Silvicultura

c) PECUÁRIA - (Teoria e Prática)

- Avicultura

- Bovinocultura

d) ESTÁGIO SUPERVISIONADO

-- Conicultura.

-- Escola

-- Empresas

Contando com um capacitado Corpo Docente, recebe ainda, na Formação Especial, apoio de Agrônomos e Veterinários da ACARPA, COAMO, ITC e outras empresas ligadas ao ramo.

Cobrando uma Taxa de Matrícula e anuidade praticamente irrisórias, que chega apenas para suas despesas de manutenção, falta-lhe ainda, um melhor equipamento, para que o educando possa aurrir, com eficácia, todo o conteúdo programático, quer na Formação Geral, quer na Especial, para que a Escola tenha condições de atingir os objetivos propostos e os alunos ao saírem dos bancos escolares, venham a possuir um perfil profissional, que reúna os requisitos mínimos para assumirem a administração, a esquematização e a condução de uma agropecuária, forte, eficaz e rendosa.

Desta forma, vemos e entendemos que a ajuda aqui pretendida, sem bairrismo ou outras atitudes não inerentes com nossa conduta política, haverá de ser um passo marcante para a melhoria do ensino da Região, certos de que após esta, outras virão, sempre em benefício de nossos jovens.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor General Adalberto Massa, digníssimo Delegado Regional do Trabalho, solicitando sejam tomadas providências a respeito da denúncia sobre as condições de trabalho e remuneração dos mineiros que trabalham na mina de carvão da Companhia Carbonífera do Cambuí no Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Publicação no jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS" do dia 4 de abril do corrente ano, cópia em anexo, a respeito da atual situação dos trabalhadores da Companhia Carbonífera do Cambuí em Figueira.

MINEIROS QUEREM GREVE

Revoltados com as péssimas condições de trabalho, os mineiros de Cambuí tentaram fazer greve.

Foram reprimidos com armas e ameaças.

Uma tentativa de greve, reivindicando maiores salários e condições adequadas de trabalho e assistência médica, ocorreu semana passada em Figueira, entre os trabalhadores da mina de carvão da Companhia Carbonífera do Cambuí, a única em atividade na área. A greve não vingou porque o administrador da mina Coronel Silva, ameaçou os trabalhadores com demissões e utilizou até armas de fogo.

A denúncia foi recebida pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná. Pessoas da região entregaram relatório completo, com problemas e reivindicações, para que a CPJP, de posse dos dados, seja sua intermediária junto às autoridades e, talvez, aos proprietários da Companhia.

Filha de Ademar

Conforme o relatório, a mina da Companhia Carbonífera do Cambuí tem, como proprietária, Maria de Barros, filha do ex-governador paulista Ademar de Barros. Os escritórios da Companhia ficam em São Paulo.

Em Figueira, que pertence à Comarca de Curiúva, no Paraná, a mina de carvão é administrada, há 8 anos, pelo coronel Silva, que tem como auxiliar o coronel Jaime. Há 700 famílias de trabalhadores que dela dependem, moradores da área urbana

de Figueira - município com um total de 20.000 habitantes. Os coronéis pagam mal aos trabalhadores e não lhes dão quaisquer condições de apoio, além de impedir, sob pressões, que eles se organizem para reivindicar melhorias.

Problemas e pedidos

Os principais problemas apontados no relatório são: excesso de horas de trabalho, baixa remuneração, sistema impróprio de ventilação, insegurança e poluição em alto grau.

Pela lei, a jornada diária de trabalho em minas de carvão é 6 horas. Na de Figueira, o pessoal trabalha 13 horas e meia por dia, durante 6 dias da semana. As horas excedentes são computadas como extras, mas com base no salário mínimo. O salário mensal chega, no máximo, a Cr\$ 7.000,00, o que dá uma hora média remunerada a Cr\$ 21,00.

Os mineiros comem e bebem no sub-solo que, em alguns trechos, chega a profundidade de dois quilômetros. As galerias são estreitas e o ar é tão rarefeito que fica impossível até ascender um fósforo. A comida chega em vagonetes abertos, já contaminada por pó de minério. O mesmo ocorre com a água, em garrações para três ou quatro pessoas cada, e já choca.

Muitas deficiências

O sistema de escadas de emergência, no subsolo, é deficiente ao ponto de os mineiros preferirem quando falta luz, fornecida pela COPEL, aguardar sob a terra até a volta da energia. Há quem já tenha permanecido no subsolo 18 horas, até a volta da luz. Outro problema é o das pedras soltas, oferecendo risco permanente porque não há sistema de escora. O condutor de ar para dentro da mina fica junto a um ventilador que capta detritos, de forma que os mineiros recebem ventilação de ar já poluído. Há fios elétricos descascados, oferecendo grande risco, e o serviço médico é precário. As principais doenças são de coluna, visão e pulmão. Dizem os denunciantes, ainda, que a Companhia em nada contribui com o Município de Figueira. Sequer melhorou a estrada que usa para transporte de minério.

Diante disso, os denunciantes querem que a CPJP os represente junto às autoridades para conseguir: salário adequado, com remuneração sobre a produtividade, a exemplo do que acontece com os mineiros de Santa Catarina; ambiente digno e sadio de trabalho; e assistência à saúde operante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a semana em que estivemos praticamente em recesso, com serviços paralisados na Assembléia, muitos fatos nacionais eclodiram e nós pretendemos, durante a semana, comentá-los aqui: o caso da bomba ou pelo menos do ovo estranho que apareceu na Assembléia gaúcha, o caso da greve dos metalúrgicos numa resistência democrática até aqui incomum, uma resistência espetacular criada pelos verdadeiros líderes sindicais. Não são pelegos. Esses são realmente, verdadeiros líderes sindicais. Fizeram uma resistência democrática e, até hoje, estão sustentando esta greve que, para mim, é uma greve legal, porque é uma reivindicação justa.

Nós tivemos também, durante a semana que passou, o aniversário da Cidade de Curitiba, a cidade que me deu maioria de votos e eu, infelizmente, não tive uma tribuna para poder exaltar o aniversário da minha cidade, mas deixo aqui esse registro. Futuramente, inclusive, pretendemos trazer aqui, maiores detalhes sobre essa cidade que, infelizmente, não tem o seu Prefeito eleito pelo povo.

Nós gostaríamos também de comentar tantos outros

assuntos: O caso da soja que deverá ser analisado pelos companheiros da Oposição, mas vamos nos limitar hoje ao problema da política tributária deste País, e é inegável que os graves problemas enfrentados pela maioria das prefeituras brasileiras decorrem da deficiente política tributária implantada no País. Estamos sentindo crescer as distorções nesta área, pois o Governo ainda continua insistindo em manter a atual legislação existente, reguladora do recolhimento de impostos municipais.

A União arrecada mais da metade da arrecadação municipal. Mais tarde, os impostos recolhidos acabam sendo revertidos aos municípios, mas em forma de empréstimos federais. Neste caso, o Governo central exerce um típico papel de agiota. Uma questão lamentável e dramática.

A revisão deste sistema é uma necessidade gritante, pois a abertura somente levará crédito quando implantar modelos democráticos e leis que beneficiem municípios e suas populações. O autoritarismo implantado no País, usou sempre como uma de suas mais potentes armas, a centralização. Um município fraco, gera uma qualidade de vida fraca para seus munícipes. É claro que a situação criada não é apenas uma questão meramente tributária. A reforma tributária é, sem dúvida, importante. Porém, importante também é a revisão do modelo que incentiva a concentração de renda. Por abranger a quase totalidade das condições de vida dos cidadãos dos municípios brasileiros, a revisão do sistema de tributação, além da alteração do modelo econômico, concentrador, não é apenas um problema fiscal e financeiro: é preferencialmente um problema social e político.

Ao registrar meu pensamento com relação a autonomia municipal, deixo aqui o registro de minha estranheza em verificar a ausência de um dispositivo que fixe a autonomia das capitais dos estados na Emenda Abi Ackel e restabelece as eleições diretas para Governador de Estado. O povo brasileiro quer votar e escolher livremente seus governantes. Dentro de um processo de abertura não tem cabimento a negativa de eleições diretas para as prefeituras das capitais.

No atual sistema de escolha de prefeitos para capitais o escolhido fica isento de responsabilidade para com o povo. Ele fica com um compromisso apenas para com aquele que o escolheu. (Geralmente, o Governador). Quando o Prefeito é eleito pelo povo, ele fica integrado aos compromissos assumidos perante os eleitores e o povo da sua cidade. Se fosse realizado um plebiscito hoje em Curitiba, noventa e nove por cento dos eleitores iriam se manifestar de acordo com o restabelecimento dessa autonomia e, conseqüentemente, com a escolha, através do voto, dos seus prefeitos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As oposições hoje, ramificadas em alguns partidos, no Brasil, que antecedida esteve durante todo esse tempo de arbítrio, alojada dentro do MDB, sempre proclamou a necessidade de entendimento, de equilíbrio, de bom senso, entre os problemas relacionados com o capital e com o trabalho.

Por essa razão, o nosso Partido PMDB, buscando o entendimento e a certeza de que num estado de direito democrático, é necessário que haja um perfeito equilíbrio, uma perfeita equidade entre os prestadores de serviços e os empresários.

O que se tem visto, Sr. Presidente, no curso desses longos anos é que, o regime autoritário centralizador, elitista, desumano, tem violentado inclusive, as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho. E aqui no Brasil, é com frequência que se vê nos dois últimos anos as camadas trabalhadoras, os operários de vários segmentos sociais reclamando os seus direitos sobre o ajuste de salários.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, vi no "Correio de Noti-

cias", uma reportagem de fato que não cabe mais no estágio em que nós vivemos. Mineiros da usina de Cambuí, aqui em Figueira, pretendiam fazer uma greve e foram reprimidos até ameaçados, porque procuravam exercer um direito pleno assegurado pela Organização Internacional do Trabalho; reivindicação de melhores salários, de segurança e condições de trabalho. Foi preciso que a Comissão de Justiça e Paz, verificasse as violentações que neste campo têm sido feitas pela companhia detentora daquela exploração de minérios.

É para pedir, Sr. Presidente, aos eminentes Parlamentares deste Poder para que aprovem um requerimento que está sendo encaminhado para a Delegacia Regional do Trabalho, para subsidiar uma reivindicação já promovida por outros setores sociais. E é nesse sentido que não poderíamos só deixar um requerimento, mas registrar também o nosso repúdio, aqui no Paraná, para que os trabalhadores paranaenses e esses mineiros que trabalham debaixo da terra, escavando riquezas para este País, não fiquem à mercê da própria sorte e distante da proteção da Consolidação das Leis do Trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se hoje, o Dia Mundial da Saúde. E conforme decisão da Organização Mundial da Saúde, este ano foi considerado o Ano Internacional de Combate ao Tabagismo.

Enquanto no Paraná, estamos apenas engatinhando em termos de combate ao tabagismo, com muita conversa e quase nenhuma ação ativa, para atingir os objetivos preconizados, os gaúchos continuam liderando este tipo de campanha. As últimas notícias dão conta de que no vizinho Estado, está sendo posta em prática uma ótima medida, a partir de hoje, Dia Mundial da Saúde, proibição de fumar em hospitais, escolas, repartições públicas no Rio Grande do Sul.

Aliás, surge agora uma nova discussão, o direito dos não fumantes. Na verdade, é justo que os não fumantes tenham proteção não apenas contra a poluição causada pelo cigarro e demais formas do uso do tabaco, mas especialmente, pelo grave prejuízo à própria saúde, por serem forçados a ingerir a fumaça que recebem de presente dos fumantes.

Há quem pergunte, porque o Governo não tributa ao cigarro de forma a restringir o seu uso? Talvez fosse um dos caminhos, além é claro, de enfrentar corajosamente o grande mal que é a publicidade dos cigarros que continua desenfreada, especialmente nas emissoras de televisão.

E, neste Dia Mundial da Saúde, que o exemplo gaúcho possa ser seguido em nosso Estado, seria o nosso mais sincero desejo.

Aliás, a Associação Médica Riograndense tem dado uma contribuição extraordinária para a campanha nacional que se desenvolve na luta contra o tabagismo.

Contudo, enquanto o Governo não cumprir a sua parte, principalmente no que diz respeito à liberdade publicitária do mal, tudo fica mais difícil.

Estas as razões da nossa presença nesta tribuna, especialmente para o registro da comemoração hoje, do Dia Mundial da Saúde e da esperança de que também no Paraná possamos ter a mesma vitalidade e a mesma força que os gaúchos têm demonstrado para enfrentar com seriedade e não com brincadeiras o grave problema do tabagismo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a pa-

lavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

Havendo declinado, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 31 estivemos na Assembléia do Rio Grande do Sul, em companhia dos eminentes Deputados Lázaro Dumont, representando esta Presidência, e dos Deputados Nilton Friedrich e José Tavares, do PMDB. Comparecemos como integrantes da Comissão Interparlamentar dos Estados Produtores de Soja, para tratar-se do assunto do imposto de exportação que incidia através de uma Resolução do Banco Central sobre, hoje o principal produto da economia paranaense, a soja.

Pudemos presenciar, Sr. Presidente, que a iniciativa parlamentar é uma correspondência real com o que de efetivo e de concreto acontecia em todos os estados produtores de soja. Porquanto, lavradores, pequenos proprietários, cooperativas, sindicatos iniciavam uma marcha por todo o interior destes Estados, numa demonstração evidente que a sociedade civil brasileira aos poucos vai-se organizando e readquirindo o espaço político necessário para a defesa de seus direitos, de suas garantias, e porque não dizer para que, efetivamente, para que, concretamente, se faça um processo de abertura democrática.

Pudemos acompanhar, através das informações que chegavam à Assembléia do Rio Grande do Sul, a verdadeira mobilização que a classe produtora do Rio Grande do Sul havia escolhido dia 31 de março, como o Dia do Protesto. Por todas as cidades do Rio Grande do Sul, lavradores, sojicultores, em seus tratores, em suas colheitadeiras organizados pacificamente deixaram o campo, deixaram as suas lavouras e se dirigiram às cidades para protestarem contra a política governamental que havia instituído no último pacote, do Ministério do Planejamento e da Fazenda de dezembro último, havia instituído o imposto de exportação sobre o soja. Tenho, Sr. Presidente, a impressão que os trabalhos desta Comissão a que esta Assembléia se incorporou juntamente com Santa Catarina, Rio Grande do Sul e com a solidariedade de Mato Grosso do Sul e de Goiás, foi totalmente produtiva, porquanto ainda no dia primeiro o Ministério do Planejamento cedeu, houvesse por bem aos mandatários que traçam a política agrícola neste País, acatarem a reivindicação generalizada que as classes produtoras faziam no sentido da extinção do imposto de exportação.

Efetivamente, este imposto foi extinto. O que não ficou bem claro foi a justificativa, dada pelo Governo para a instituição desse imposto; porque na prática, Sr. Presidente, o que este imposto buscava e visava, outro não era do que aquele buscado, visado e atingido pelo confisco que ainda na última safra foi o responsável por mais um ônus para a classe produtora.

Reapareceu agora o confisco com o nome de "Imposto de Exportação". E o Sr. Ministro Delfim Neto, defensor desta tributação, tentou justificar que o surgimento desta tributação seria no sentido de propiciar uma defesa no preço internacional para a soja brasileira.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto é o que tem dito e ainda ontem à noite, num programa de televisão, o Ministro do Planejamento afirmou isto, que o imposto de exportação era para proteger a soja brasileira no mercado internacional, mantendo um preço mais elevado.

Matemática difícil de entender esta, por que como que se vai proteger ao produtor brasileiro? Pondo-lhe em cima mais um ônus fixado na percentagem de treze por cento, como estava instituído o imposto de exportação? Como se vai proteger o produto nacional se sobre ele se põe um peso de mais uma taxa, das muitas que existem, Sr. Presidente? Porque se a comercialização da soja aqui no Paraná, esteve parada, num

protesto dos nossos produtores e estes, assistiram paralisados, o desfile da soja paraguaia que, atravessando todo o Estado do Paraná, chegava ao Porto de Paranaguá para ser comercializada. E esta soja paraguaia, diga-se a bem da verdade, que não tem ICM, que não tem FUNRURAL, esta soja paraguaia que está sendo produzida por brasileiras que, para fugirem desta carga tributária, para lá se dirigiram e lá estão produzindo.

Sr. Presidente, é difícil de entender que matemática é esta, que a instituição de um imposto, ou seja, tirar mais uma parte do pouco que um produtor ganha, significa proteger no mercado internacional o preço de um produto que hoje já somos o segundo maior produtor do mundo.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Aí fica claro, meu ilustre companheiro de Oposição, o espírito de ganância do atual Governo. Por isto que instantes atrás eu falava da reforma tributária. Realmente, a implantação de taxas, sobretaxas, acarretando ônus para o povo brasileiro, para o lavrador, para o agricultor enfim, já é uma constante. Erros desta natureza, erros de planejamento, de criação, já existiam muitos neste País e não é de hoje. O caso da "simoneta" foi um recuo violento do Governo e que estremeceu a todos. Nós inclusive sentimos que a "simoneta", na época, foi criada como uma figura caricata inclusive, uma piada, mais uma imagem de humor que aconteceu neste País, e agora, o custo inclusive, elevado, foi um gasto incompreensível até, desnecessário, colocado em prática.

E agora, nós notamos e observamos mais uma ação do governo, que vem em prejuízo da população, esta taxa ridícula inclusive, fez com que o Governo se prejudicasse até politicamente. Haja visto que para revelar o recuo do Governo, foi utilizado um parlamentar da Situação, o Deputado Nelson Marchesan. Nem o próprio Ministro Delfim Neto, foi à televisão, rádio ou jornal, para anunciar a medida de recuo, ele se utilizou de um político para tentar colocar uma imagem melhor, no Rio Grande do Sul, ou aqui no Paraná, onde o agricultor estava realmente revoltado com a situação.

Então, o que nós definimos, meu caro parlamentar, é que o Governo está, hoje, bastante ganancioso, e em busca de mais arrecadação, para esse sistema centralizador e totalitário. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz, queria dar o meu testemunho da razão porque o Governo atribuiu ao seu líder na Câmara Federal, Deputado Marchesan, a incumbência de anunciar o que todo o mundo já sabia, que o governo havia desistido do imposto de exportação. É porque, Sr. Deputado, no Rio Grande do Sul, comentava-se que o próprio Partido oficial, o PDS, estava encontrando sérias dificuldades para conseguir até organizar as suas comissões provisórias no interior dos municípios gaúchos, face ao descontentamento generalizado que tomava conta das representações do próprio PDS no interior gaúcho.

E diga-se de passagem e para ilustrar, a Comissão instituída para protestar contra o imposto de exportação, foi iniciativa inclusive de um Deputado do próprio PDS do Rio Grande do Sul, Deputado Arden, Presidente da Comissão a que nós estivemos lá presentes, e que não poupou críticas veementes à política que o governo vem desenvolvendo no setor agrícola.

Por isso, a incumbência ao Deputado Nelson Marchesan, foi um expediente que o governo usou, no sentido de neutralizar o descontentamento generalizado que ocorria não só no Rio Grande do Sul, mas que ocorria em todos os Estados onde a soja, hoje, assume importância vital.

Devo dizer a Vossa Excelência que o governo procurou dizer que não foi derrota sua, a eliminação do confisco da soja.

E nós entendemos que um governo que se considera democrático, porque diz o Presidente que está disposto a prender e arrebentar para transformar isso em democracia, evidentemente, que este governo não pode se sentir derrotado, quando este governo atende, evidentemente, uma reclamação justa, e que é uma reclamação da maioria, o governo nada mais faz do que administrar o bem comum. Quando a maioria pleiteia e deseja uma coisa que é justa, porque inclusive se pode discutir da legalidade, do imposto de exportação, este governo não se pode evidentemente, considerar derrotado.

O que ocorre é que este governo não está acostumado a retroceder e me parece que esta é talvez a primeira vez no Brasil, em que o governo se vê obrigado, se vê na contingência de voltar atrás, de mais um de seus absurdos planos governamentais.

Infelizmente, o nosso povo desacostumado a reivindicar os seus direitos, a protestar pelas suas garantias, não tem tido nos últimos anos, o cuidado, a sensatez, de se levantar quando essas medidas governamentais são tão absurdas como era o confisco. O Governo teve que ceder, porque era o pedido não apenas das classes produtoras, mas o pedido de grande parte do seu próprio Partido, que, sensível ao que de negativo estava acontecendo perante as representações do PDS no âmbito municipal, teve que se vergar a essa evidência gritante de que era uma ilegalidade o imposto de exportação e mais, um arbítrio, uma verdadeira falta de postura deste Governo que volta aos tempos medievais, quando os reis não tendo mais recursos para o seu tesouro, pura e simplesmente aumentavam ou criavam novos impostos.

Esta me parece, é a definição melhor que se pode dar ao que o preclaro e sábio Ministro do nosso Planejamento, a instituição pura e simples de mais um imposto.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado, Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu, antes de conceder o aparte a Vossa Excelência, estou concedendo ao Deputado Deni Schwartz, que havia solicitado e em seguida concedo a Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — E me inscrevo também. Vossa Excelência posteriormente concederia um aparte?

O Sr. Deni Schwartz — Bom, primeiro quero retificar a afirmação de Vossa Excelência quando diz que é a primeira vez que o Governo recua. É a primeira vez que o Governo recua pressionado pelo povo, mas nesse momento ele é pressionado por uma pessoa só, Sr. Mário Carneiro que, em entrevista com o General Geisel, então Presidente da República, às 10 horas da manhã, acabou indo sozinho à simoneta, representando interesse das multinacionais da indústria automobilística. A simoneta estava pronta e o Sr. Shigeaki Ueki, o desinformado, dizia aos 4 ventos que ela sairia.

Disse isso pela manhã, às 10 horas, o Carneiro chegou ao Palácio e à tarde foi anunciado o fim da simoneta.

Representação de um homem só existe, representando bastante e agora foi necessária a pressão do povo. Então é a primeira vez que o Governo realmente recua, pressionado pelo povo, inclusive pelos representantes do povo de seu próprio Partido.

Mas, Sr. Deputado, há muito de mentira nisso tudo. O Sr. Delfim Neto ontem deu uma entrevista, dizendo que tinha um imposto de exportação, para manter o preço externo. Mas o Sr. Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, teve hoje o desplante de afirmar o seguinte: "que a sociedade brasileira - os termos são dele - não está conscientizada para o problema da inflação" e, como exemplo, ele citou a greve dos metalúrgicos, e os sojicultores a exigirem o fim do confisco.

Então vejamos: dois Ministros: um diz que tem o imposto, tira o imposto para manter o preço externo. O outro vem e diz hoje, e amanhã sairá nos jornais que o imposto era para combate

à inflação. Teoricamente o Governo iria pegar esse confisco e queimar esse dinheiro, para retirá-lo de circulação, que é a maneira de se combater a inflação, da maneira como o Sr. Ministro Camilo Pena interpretou e acusou os sojicultores e os metalúrgicos como exemplos da falta de conscientização para o combate à inflação da sociedade brasileira.

Vejam bem, Sr. Deputado. Esqueceu o Sr. Camilo Pena, a séria acusação de mordomia, do Ministro Cesar Cals, sobre a mordomia da sua casa em Brasília. Esqueceram que se queimou dinheiro aos montes, nas transbrasilianas etc., etc. e que agora para nós construirmos, por exemplo, a Rodovia da Soja, está chegando hoje a notícia que o dinheiro vem do Japão, novos empréstimos para fazermos a Rodovia da Soja.

Bom, então a mentira é uma em cima da outra e já estão tão desesperados que um mente num dia e o outro já desmente no outro e nós ficamos completamente tontos. Mas quero novamente alertar esta Casa.

O problema brasileiro, o problema da agricultura, principalmente o problema do Paraná, não é a soja, é o trigo, e inclusive os homens das cooperativas, os chefes das cooperativas estão completamente enganados na campanha que estão fazendo, e que está no jornal de ontem, que vão mandar plantar trigo. O problema é muito mais sério, mais profundo. O que há de fato, e todos precisam ficar sabendo é o compromisso do Sr. Delfim Neto com os seus patrões americanos. Porque o que há de fato será o desestímulo à agricultura brasileira, para nós consumirmos a preço barato os altos estoques que os produtores americanos farão, e que não poderão vender para a Rússia. Esta é a verdade.

O valor básico de custeio do trigo só saiu depois que o Sr. Delfim Neto foi aos Estados Unidos e recebeu ordem dos seus patrões. E foi por isso, que os valores básicos de custeio do trigo são proibitivos e é louco quem produzir trigo neste País. Agora sim, porque não tem segurança nessa produção.

Vejam os Srs. a gravidade. A soja está sendo uma cortina de fumaça e eu assisti a manifestação, os colonos embasbacados ouvindo um gerente de cooperativa elogiar o Governo. Saíram de lá, mais revoltados do que tinham chegado. Porque quando um colono resolveu perguntar pelo trigo, ele não soube explicar.

É isso que precisa ser dito. É o desestímulo que haverá para a agricultura brasileira, para nós consumirmos os estoques que não serão vendidos à Rússia. E se esse Governo tivesse um pouco de vergonha na cara e coragem, ele até estimularia o contrabando da nossa soja para a Argentina, para que a Argentina a re-exportasse para a Rússia. Porque a Argentina que não tem dívida externa, venderá soja, venderá trigo o que ela quiser, já não entrou no boicote. O Brasil teve de entrar porque está devendo até as calças, a sessenta bilhões de dólares chega a nossa dívida.

Essa é a grande verdade! E o pior, Sr. Deputado, é que enquanto isso ocorre, enquanto o Sr. Camilo Pena diz que os metalúrgicos de São Paulo são os responsáveis, ele disse o seguinte: "os sojicultores gaúchos não estão conscientes do problema da inflação. Porque o Paraná não conta, apesar de ter produzido a maior safra de trigo e soja do ano passado, o Paraná não conta porque não tem lideranças, as nossas lideranças são de puxa-sacos, com o perdão da palavra. Ficam a elogiar os ditadores e esquecem do seu povo. Este é um Estado agrícola sem lideranças, quando nós precisamos de líderes, vamos buscar no Rio Grande do Sul, até no partido do Governo."

O SR. NILSO SGUAREZI, — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e antes de passar a palavra ao Deputado Lázaro Dumont, quero recordar à Casa um episódio e uma abordagem efetuada pelo Deputado Peixoto do PTB do Rio Grande do Sul, quando lembrava, que no ano passado esteve aqui na Assembleia do Paraná, uma Comissão de Deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para, naquela ocasião, fazerem uma

reivindicação ao Governo Federal.

Vejam os Srs. a falta de efetivamente uma política agrícola nesse País. Naquela ocasião, Srs. Deputados, o que se pedia naquela Comissão, não era a queda de um imposto. Se protestava um auxílio exatamente pela falta de produtividade, por causa da seca.

Então, nesse País, os representantes legítimos do povo, devem pedir ao Governo Federal, ao Governo Centralizador, quando não dá produção e quando dá excesso de produção como agora. Porque no ano passado a seca não permitiu que desse produtividade, neste ano, que houve a maior safra da história brasileira, também os trabalhadores, as classes produtoras têm que ir de chapéu na mão, pedir ao Governo Centralizador que refaça alguma coisa de tudo que está errado. Concorro com Vossa Excelência que efetivamente se atenta mais para os interesses estrangeiros e daí efetivamente Vossa Excelência está certo que o preço do custeio do trigo já foi fixado, depois do Ministro Delfim Neto ter voltado dos Estados Unidos, porque o Brasil está na dependência de um mercado totalmente exportador.

Nós produzimos soja para exportar. Nós estamos efetivamente na dependência do exterior. O nosso Governo não tem pensado na alimentação do brasileiro, do nosso homem, do nosso produtor. Estão aí as estatísticas de trigo, de feijão, de milho que tiveram que dar lugar, muitas áreas tiveram que dar lugar para se produzir soja, porque soja, Sr. Deputado, significa exportação. E o Brasil não temos dúvida nenhuma, para conseguir esses empréstimos como agora está pleiteando no Japão, para fazer uma obra vital é verdade, a Ferrovia da Soja, mas para conseguir esses empréstimos, Sr. Deputado, negociações são feitas.

Os países capitalistas do mundo não vão dar dinheiro pelo simples fato de que esse dinheiro representa juros. Vão dar porque atrás desses empréstimos virão outras exigências e é dessas exigências que o imperialismo internacional se alimenta. São das exigências dos acordos internacionais, como foi o acordo nuclear, Sr. Deputado, como foram toda esse série de acordos que o Brasil já fez com outros países desenvolvidos, que o Brasil fez para a instalação da indústria automobilística, que agora abriu o plano do pró-álcool, para a entrada das multinacionais. Porque não é simplesmente que se consegue empréstimo no exterior pelo fato benemérito de uma Nação desenvolvida querer nos auxiliar. O Capitalismo exige isso, que se aplique para se visar lucro. O lucro não é na retribuição da taxa de juro fixado no papel, mas sim nos outros negócios paralelos que se vai conseguir e que se tem conseguido e que para isso o Brasil tem sido cobaia e campo experimental das Nações desenvolvidas.

Por isso é que se afirma no mundo inteiro que a credibilidade do Brasil é muito grande. E é mesmo! Aqui tudo está para explorar. Mas infelizmente o mapa da mina quem tem na mão são os estrangeiros.

O Sr. Lázaro Dumont – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria, antes de mais nada, voltar a dizer que nesse aparte que darei a Vossa Excelência estou resguardado, porque há mais ou menos 15 dias atrás o PDS, partido a que pertencço, fez um manifesto com uma série de críticas ao programa agrícola e também pedindo a extinção do confisco da soja.

E o próprio Deputado Valduga que está aqui na minha frente foi autor de um documento aqui, assinado por todos os Membros da Comissão da Agricultura, desta Casa, e também aprovado por unanimidade nesta Casa quando solicitava a extinção do confisco da soja e que se parabenizava com todo aquele movimento que estava se iniciando no Rio Grande do Sul.

Quero me reportar a umas palavras do Vossa Excelência, quando concordo plenamente em que não é demérito nenhum

para o Governo Central de admitir em recuo quando ele eliminou o confisco da soja. Nós, pessoalmente estamos acostumados a recuar em tantos setores da nossa vida! Porque o próprio Governo não pode admitir quando errou!

E nós realmente vimos no Rio Grande do Sul que realmente estavam mais preocupados os Deputados da Situação do Governo do Rio Grande do Sul, do que propriamente dito o próprios Deputados da Oposição. Porque na realidade o próprio Presidente da Comissão, Deputado Rubens Arengi, que Vossa Excelência citou disse várias vezes durante as reuniões, que realmente o PDS, se não fosse eliminado o confisco da soja no Rio Grande do Sul especificamente, não teria condições de sair dos municípios para arregimentar nem os políticos locais para organização do Diretório provisório do PDS.

Então, nobre Deputado, a gente muitas vezes fica numa situação até difícil, porque nós pertencemos ao Partido do Governo, mas não somos obrigados de maneira nenhuma a tolerar sempre as besteiras que determinados setores do Governo vem cometendo seguidamente, de maneira nenhuma, principalmente nós que temos a honra de representar nesta Casa, com quase toda a maioria do nosso voto, exatamente do homem da zona rural, principalmente, do pequeno produtor deste Estado. E ficou neste episódio todo da soja, que aparentemente terminou satisfazendo as classes produtores e as classes trabalhadores. Aparentemente, porque eles vão inventar novos instrumentos, para se dar um jeito de tirar esses milhões de dólares que o Sr. Delfim Neto, vem aí, chamando inclusive, aqueles que participaram do movimento, de fofoqueiros, e nós não somos fofoqueiros coisa nenhuma, mas que vão inventar outro instrumento.

E o pior ainda virá aí, que ainda esta semana na minha casa, por duas vezes, líderes da cafeicultura do Paraná, já me telefonaram convidado, para que participasse de grande movimento que realmente vai se iniciar no Estado do Paraná e nos Estados produtores do café, contra o confisco do café, que é uma aberração maior do que o confisco da soja.

- Neste episódio todo, ficou patenteado uma coisa!

O Sr. Presidente da República, que vai aqui o nosso elogio para ele, teve que também discutir e reivindicar junto ao todo poderoso Delfim Neto, para que caísse o confisco da soja. O Sr. Presidente da República terá que urgentemente remodelar a política agrícola, econômica neste País, se não nós vamos realmente, para a bancarrota, com que coragem ou com que cara, os setores de produção do governo, poderá chegar ao nosso lavrador e pedir para eles plantarem.

Pedir para eles encherem a panela do pobre, pedir para eles produzirem, se no ano que dá dá soja suficiente, como aconteceu em 77, se cria confisco. Como aconteceu em 79 e 80 se cria confisco.

Então, nobre Deputado, quero me parabenizar com Vossa Excelência que, realmente, há necessidade de uma mudança urgente na política agrícola deste País. Se não, os Deputados, como eu, que militam neste campo, não terão coragem de voltar do interior e pedir o voto para esses homens que estão sendo espoliados por uma política errônea, porque diz um velho ditado: errar uma vez é humano, duas ainda passa, mas mais do que isso é burrice, e na política agrícola nós estamos cansados de assistir um erro permanentemente todos os anos, toda a vez que se inicia uma safra.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI – Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e concedo, agora ao Deputado Trajano.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Lamento, mas informo ao nobre Deputado, que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado. No entanto, a mesa lhe concede um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Trajano Bastos – Ilustre Deputado, sem pretender empanar o brilho do vosso pronunciamento, gostaria de me inserir em vosso discurso, sobre uma ótica diferente.

Diz o velho adágio popular, que “não há mal que não traga algum bem”.

Então este regime autoritário, centralizador, e que está aí há 16 anos, leva, de certa forma, uma certa consciência nos vários segmentos da sociedade brasileira. E este episódio do Rio Grande do Sul, que esta consciência da necessidade da organização social, chega ao homem do campo, chega ao camponês, chega ao campesinato, que é mais abrangente e que tradicionalmente é uma área conservadora, e eles se organizam e têm uma vitória estrondosa, fruto desta organização, e deram esta demonstração à Nação, isso para mim, Srs. Deputados, em termos sociais, em termos de organização social, é muito mais importante do que a organização social dos metalúrgicos de São Paulo.

Exatamente por se localizar no campo, numa área que sempre aceitou os mandos e desmandos do Governo em silêncio e ordeiramente.

Com esta organização, marca-se na História Social deste País, ilustre Deputado, um fato da maior importância. Quer dizer, todo este período de totalitarismo levou o povo a vislumbrar a necessidade de se criar uma consciência de organização social; porque em assim fazendo, não há Governo, por mais forte que seja, que resista a uma organização social bem fundamentada, bem fundada e com as razões que tinham e têm ainda os sojicultores do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado..

O SR. NILSO SQUAREZI – Agradeço o aparte de Vossa Excelência, bem como de todos os Srs. Deputados que se manifestaram durante esta modesta oração. Quero congratular-me com o Presidente da Casa por ter, em boa hora, a sensibilidade de fazê-la representar na Assembléia do Rio Grande do Sul. Porque, Sr. Deputado, se isto não tivesse ocorrido, nós hoje teríamos passado por cima do verdadeiro poder que representa os interesses populares. Se a Assembléia do Paraná não estivesse presente nesta luta que as classes populares tiveram a vitória, nós teríamos sido ultrapassados pelo movimento popular que como disse Vossa Excelência, hoje tem o condão, tem a força e porque não dizer, tem a autoridade de contrariar o Governo; este Governo que se baseia exclusivamente no arbítrio e na força, mas que não tem fundo moral para exigir da Nação coisas tão aberrantes como o imposto de exportação da soja.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 149/79, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Miguel Couto”, da Cidade de Londrina. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 150/79, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”, de Vera Cruz do Oeste, do Município de Céu Azul. – Aprovado.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 185/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o “Centro Espírita Missionários da Luz”, com sede e foro nesta Capital. – Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por

unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 185/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA “MISSIONÁRIOS DA LUZ”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA: :

O Centro Espírita “Missionários da Luz”, com sede à Rua Nicarágua n.º 978, Bacacheri, nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CGC 77.583.573/0001-10, inscrito na Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, sob n.º 966/79, filiado à Federação Espírita do Paraná, devidamente amparado no Art. 1.º e seus incisos constantes da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, está em condições de ser declarado de utilidade pública, visto preencher todos os requisitos exigidos pela legislação Estadual e Federal reguladora da matéria.

A referida entidade assiste a 70 famílias carentes, pelo seu Clube de Mães, constando desse atendimento os seguintes itens: costura, bordado, tricô, crochê, noções de higiene e puericultura, fornecimento de alimentos e medicamentos.

A favela do Rio Verde (Penha) atende a mais de 300 crianças, além de um número flutuante de adultos (mais de 100), constando de distribuição de leite, pão, medicamentos e orientação moral e espiritual.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 185/79

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ailton Cordeiro tem por escopo declarar de utilidade pública o “Centro Espírita Missionários da Luz”, com sede e foro em Curitiba.

Analisando os aspectos legais que regem a matéria, especialmente a Lei 6994/79, somos do parecer que, S.M.J., a proposição encontra-se em condições de ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

EZEQUIAS LOSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 187/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Professores do Instituto Imaculada Conceição”, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 187/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho, registrada sob n.º 140.625, no 1.º Registro de Títulos e Documentos.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços à comunidade de Jacarezinho, no campo da filantropia e da assistência social e educacional.

A documentação anexa, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação em vigor.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 187/79

I – O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, objetiva declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

II – A entidade que pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das Leis que disciplinam a matéria.

III – Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer portanto é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO – Presidente
RENATO BERNARDI – Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 188/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública o “Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 188/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º – Fica declarado de utilidade pública o “CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA”, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1979.

a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

A Logosofia tem por finalidade, apresentar nova concepção do homem, do universo e de suas leis. Conduz o ser humano ao aperfeiçoamento psicológico e espiritual de si mesmo através de um método científico, e o seu objetivo principal é a difusão do conhecimento Logosófico em prol da Superação Humana.

O Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba, é uma entidade pertencente a FUNDAÇÃO LOGOSÓFICA EM PROL DA SUPERAÇÃO HUMANA, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, por cujo estatuto é regido.

Isto exposto, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 188/79

De autoria do nobre Deputado RENATO BUENO, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública, o “CENTRO DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO LOGOSÓFICA DE CURITIBA”, com sede e foro em Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO – Presidente
PAULO CAMARGO – Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mathias Jacomel Júnior. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Raul de Azevedo Macedo. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com o apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manoel Cardoso Riesenbergl. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Carlos Euclides Thomé da Silva e Idilson Luiz Rigolino, ocorrido em acidente aviatório no dia 19 de março p.p. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ercília Domingues Neves, ocorrido na cidade de Joaquim Távora. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados João Mansur e Pinto Dias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Terezinha Fortes Martins, ocorrido nesta Capital – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Viale. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 189/79. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em forma de apelo, no sentido de que inclua no Projeto da Nova Organização e Distribuição Judiciária do Estado, as Comarcas de Nova Aurora e Céu Azul. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo medidas urgentes e definitivas para sanar as gravíssimas irregularidades observadas no atendimento aos previdenciários do Município de Joaquim Távora. – Aprovado.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. – (Pausa). – Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. – (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, solicito da Presidência, que mandasse constar dos Anais da Casa, o voto do Sr. Deputado Fuad Nacli a favor do requerimento do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – A Mesa defere.

O SR. GABRIEL MANOEL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 185, 187 e 188/79. Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 187/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso dos poderes que lhes foram outorgados pelo Art. 8º, da Lei nº 7.289, de 27 de dezembro de 1.979,

RESOLVE:

Art. 1.º – A organização e funcionamento dos serviços da Secretaria da Assembléia Legislativa, sob a superintendência do 1.º Secretário, serão regidos pelas disposições deste Decreto Legislativo, que consolida normas já vigorantes e estabelece outras providências, concernentes à estrutura e atividade administrativas.

CAPÍTULO I

Art. 2.º – A Estrutura Administrativa da Secretaria é a seguinte:

I – DIRETORIA GERAL (DG)

- a) Gabinete da Diretoria.
 - 1 (um) chefe de Gabinete.
 - 1 (um) assessor de Gabinete.
 - 2 (dois) oficiais de Gabinete.
 - 1 (um) auxiliar de Gabinete.
 - 1 (um) motorista de Gabinete.

II – GABINETE DE CONSULTORIA LEGISLATIVA (GCL)

- a) Gabinete da Diretoria (GCL 1).
 - 2 (dois) auxiliares de Gabinete.
- b) Divisão de Assistência Técnica à Mesa (GCL 2).
 - 2 (dois) auxiliares de Assistência Técnica à Mesa.
- c) Divisão de Assistência Técnico Legislativo (GCL 3).
- d) Divisão de Assistência Técnico Administrativa (GCL 4).
- e) Divisão de Pesquisa e Documentação (GCL 5).

III – DEPARTAMENTO LEGISLATIVO (DL)

Gabinete do Departamento Legislativo

- a) Coordenadoria Legislativa:
- b) Divisão das Comissões – 1 Chefe da Divisão.
 - 1 Seção de Serviços Gerais – 1 Chefe de Seção.
 - 2 Seção de Controle e Movimentação Legislativa – 1 Chefe de Seção.
 - 3 Seção de Legislação – 1 Chefe de Seção.
- c) Divisão da Ordem do Dia e Autografia – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção da Ordem do Dia – 1 Chefe de Seção.
 - 2 Seção de Autografia – 1 Chefe de Seção.
 - 3 Seção de Fichário e Controle – 1 Chefe de Seção.
- d) Divisão de Ata, Anais e Publicidade – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Redação da Ata – 1 Chefe de Seção.
 - 2 Seção de Anais e Publicidade – 1 Chefe de Seção.
 - 3 Seção de Controle – 1 Chefe de Seção.
- e) Divisão de Taquigrafia – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Acompanhamento Taquigráfico – 1 Chefe de Seção.
 - 2 Seção de Revisão Taquigráfica – 1 Chefe de Seção.
- f) Divisão de Redação e Debates e Diário da Assembléia – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Redação e Debates – 1 Chefe de Seção.
 - 2 Seção do Diário da Assembléia – 1 Chefe de Seção.
- g) Coordenadoria de Imprensa Legislativa

1 Coordenador

- h) Divisão de Diagramação e Montagem – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Diagramação – 1 Chefe de Seção.
 - 2 Seção de Montagem – 1 Chefe de Seção.
- i) Divisão de Impressão – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Composer do Diário da Assembléia – 1 Chefe de Seção.
- j) Divisão de Arte e Fotolito – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Arte, Fotolito e Fotocomposição – 1 Chefe de Seção.
- k) Divisão de Encardenação – 1 Chefe de Divisão.
 - 1 Seção de Encardenação, Controle de Material e Acabamento – 1 Chefe de Seção.

IV – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

- a) Gabinete da Diretoria do Departamento Administrativo
- b) Coordenadoria de Assessoramento Técnico
- c) Coordenadoria de Assessoramento Administrativo
- d) Divisão de Expediente:
 - 1 – Seção de Correspondência
 - 2 – Seção Copiadora
- e) Divisão de Protocolo:
 - 1 – Seção de Controle e Movimentação de Processos
 - 2 – Seção de Expedição
- f) Divisão de Documentação:
 - 1 – Seção de Arquivo
 - 2 – Seção de Estatística
 - 3 – Seção de Documentação Histórica
- g) Divisão de Atendimento ao Plenário:
 - 1 – Seção de Transmissão de Rádio
- h) Administrador Geral
- i) Divisão de Serviços Gerais:
 - 1 – Seção de Copa e Cozinha
 - 2 – Seção de Telefonia
 - 3 – Seção de Limpeza e Conservação
 - 4 – Seção de Portaria
 - 5 – Seção de Manutenção Elétrica e Serviços Gerais
- j) Divisão de Almoxarifado:
 - 1 – Seção de Consumo
 - 2 – Seção de Controle de Material
- l) Divisão de Patrimônio:
 - 1 – Seção de Cadastro e Tombamento
 - 2 – Seção de Conservação de Reparação de Móveis
 - 3 – Seção de Atualização de Bens Patrimoniais
 - 4 – Seção de Conservação de Máquinas
- m) Divisão de Compras:
 - 1 – Seção de Licitação
 - 2 – Seção de Cadastro de Fornecedores
 - 3 – Seção de Empenho e Controle
 - 4 – Seção de Atendimento Externo
- n) Divisão de Transportes e Oficinas:
 - 1 – Seção de Aquisição e Controle de Materiais
 - 2 – Seção de Eletricidade
 - 3 – Seção Mecânica
 - 4 – Seção de Transportes

V – DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

- a) Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças
- b) Coordenadoria de Assessoramento Técnico
- c) Tesouraria Geral
- d) Sub-Tesouraria
- e) Divisão de Tesouraria

- 1 – Seção de Controle Bancário
- 2 – Seção de Serviço de Tesouraria
- f) Divisão de Pagadoria
 - 1 – Caixa
- g) Contadoria Geral
- h) Seção de Imposto de Renda
- i) Divisão de Contabilidade
 - 1 – Seção de Registros Contábeis
 - 2 – Seção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário
 - 3 – Seção de Administração Contábil
- j) Divisão de Controle Financeiro de Pessoal
 - 1 – Seção de Folhas de Pagamento
 - 2 – Seção de Consignação e Descontos
- l) Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais
- m) Divisão de Registros
 - 1 – Seção de Cadastro de Entidades
 - 2 – Seção de Registros das Operações
- n) Divisão de Aplicações
 - 1 – Seção de Controle das Dotações
 - 2 – Seção de Execução e Pagamento

VI – DEPARTAMENTO DE PESSOAL

- a) Gabinete do Departamento de Pessoal
- b) Coordenadoria de Assessoramento Técnico
- c) Assessoria Jurídica
- d) Divisão de Regime Legal
 - 1 – Seção Administrativa de Pessoal
 - 2 – Seção de Administração de Cargos e Vencimentos
- e) Divisão de Cadastro de Pessoal
 - 1 – Seção de Cadastro de Deputados
 - 2 – Seção de Cadastro de Funcionários
- f) Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal

VII – DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA

- a) Gabinete da Diretoria de Divulgação Legislativa
- b) Coordenadoria de Assessoramento Técnico
- c) Divisão de Imprensa
 - 1 – Seção de Imprensa
 - 2 – Seção de Rádio e TV
- d) Divisão de Fotografia
 - 1 – Seção de Laboratório
 - 2 – Seção de Filmagem e Fotografia
- e) Divisão de Comunicação e Controle
 - 1 – Seção de Comunicação
 - 2 – Seção de Controle

VIII – SERVIÇOS AUTÔNOMOS

- a) Cerimonial (CER) e Relações Públicas
- b) Serviço Médico (SM)
- c) Serviço Odontológico (SO)
- d) Serviço de Assistência Social (SAS)
- e) Biblioteca (BIBLI)
- f) Serviço de Informação Econômica (SIE)
- g) Serviço de Segurança (SS)
- h) Consultoria Jurídica (CJ)
- i) Comissão de Abertura e Julgamento e Licitações (CAJL)
- j) Centro de Processamento de Dados e Serviço de Telex

CAPÍTULO II

Da Competência das Diretoias e Chefias

Art. 3.º – Ao Diretor Geral, a quem se subordinam todos os órgãos da estrutura administrativa, além das atribuições que lhe forem delegadas pelo 1.º Secretário, compete:

- I – planejar, organizar, orientar, coordenar e controlar

os serviços de Secretaria;

II – cumprir e fazer que se cumpram, com oportunidade e eficiência, as deliberações da Comissão Executiva, observadas as disposições estatutárias e regulamentos atinentes aos Servidores do Poder Legislativo;

III – autorizar a realização das despesas da Secretaria, nos limites orçamentários, desde que o Primeiro Secretário se manifeste prévia e expressamente de acordo com o pagamento;

IV – baixar ordens de serviço e despachar papéis relativos aos serviços internos da Secretaria;

V – prestar as informações que lhe forem solicitadas pela Comissão Executiva, ou qualquer dos seus membros, pelas Comissões e por Deputados;

VI – assinar as folhas de pagamento de Deputados e funcionários;

VII – fiscalizar a execução dos contratos pela Comissão que interessem à Secretaria;

VIII – apresentar à Comissão Executiva, anualmente, ou sempre que solicitado, relatório circunstanciado dos trabalhos da Secretaria;

IX – submeter à Comissão Executiva, até 15 dias após a instalação da Sessão Legislativa, o balanço da Assembléia, relativo ao exercício anterior;

X – submeter, trimestralmente, ao Primeiro Secretário, o relatório financeiro correspondente à movimentação das cotas trimestrais vencidas;

XI – despachar, com o Presidente da Assembléia, ou com o Primeiro Secretário, os assuntos administrativos, segundo a competência de cada um;

XII – secretariar a Comissão Executiva, nas suas reuniões;

XIII – representar a Assembléia em todos os assuntos administrativos, junto aos demais Poderes constituídos, ressalvados os assuntos de competência Hierárquica superior.

XIV – corresponder-se com as demais repartições e órgãos públicos, em matéria de sua competência e do interesse da Secretaria, exceto se a correspondência, pela natureza do assunto que envolver ou a hierarquia do destinatário, exigir a assinatura do Presidente ou de qualquer outro membro da Comissão Executiva;

XV – autenticar títulos, certidões e cópias de peças oficiais;

XVI – assinar portarias, editais e quaisquer atos administrativos que versem sobre matéria de sua competência;

XVII – abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria que estejam sob sua responsabilidade direta;

XVIII – assinar contratos de fornecimento de material, prestação de serviços de terceiros, locações, seguros de qualquer natureza sobre bens do patrimônio da Assembléia, desde que previamente autorizados pelo Primeiro Secretário;

XIX – autorizar entrega de materiais em estoque no almoxarigado para uso dos serviços da Assembléia, mediante requisição de quem de direito;

XX – presidir as Comissões que se constituírem para tratar de assuntos de interesse administrativo da Secretaria;

XXI – dar posse aos funcionários da Secretaria;

XXII – autorizar lotação, remoção ou desvio de função dos servidores nos diversos órgãos da Secretaria;

XXIII – atribuir serviços a órgãos ou funcionários da Secretaria;

XXIV – promover, periodicamente, reunião dos Diretores e Chefias de Divisão;

XXV – determinar auditoria administrativa ou contábil em qualquer órgão da Secretaria;

XXVI – autorizar e fiscalizar a alienação de material em desuso ou inservível para os serviços da Secretaria;

XXVII – zelar pela ordem geral e disciplinar a segurança nos serviços administrativos;

XXVIII – conceder férias ao pessoal da Secretaria e fazer

instruir previamente, os requerimentos de licença e, de um modo geral, todas as solicitações dirigidas à Comissão Executiva, feitas através do Primeiro Secretário, envolvendo matéria de natureza administrativa ou funcional;

XXIX – justificar faltas de funcionários, nos termos da legislação vigente;

XXX – determinar a abertura de inquérito administrativo ou sindicâncias, designando as respectivas Comissões;

XXXO – impor as penas disciplinares de sua alçada, representando a Comissão Executiva, quando a falta deva por esta ser reconhecida, para aplicação da competente sanção;

XXXII – prorrogar ou antecipar o horário do expediente, de acordo com a necessidade do serviço e as instruções dadas pela Comissão Executiva;

XXXIII – autorizar a publicação de edital de concurso para provimento de cargo, depois de devidamente aprovado, supervisionado o processo de concurso e fiscalizando sua correta aplicação;

XXXIV – instruir e submeter à Comissão Executiva os pedidos de prestação de serviços extraordinários;

XXXV – aprovar a programação anual de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, proposta pela Divisão de Pessoal;

XXXVI – decidir sobre os casos de acumulação de cargo ou função, tendo em vista parecer do GCL;

XXXVII – desempenhar as demais funções previstas neste regulamento;

XXXVIII – decidir sobre pedidos de contagem de tempo de serviço, de concessão de vantagens decorrentes de adicionais por tempo de serviço e pedidos de retificação de nome, no prazo máximo de (10) dez dias, contados da data do recebimento do processo.

Parágrafo único – São indelegáveis as funções declaradas nos itens III, VII, XIII, XVIII, XIX, XX, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXX, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII e XXXVIII, podendo as funções delegadas ser avocadas, a seu exclusivo critério, pelo Diretor Geral, em qualquer momento.

Art. 4.º – Na hipótese de decisão em sentido contrário sobre a matéria constante do inciso XXXVIII, do artigo anterior, no todo ou em parte, ao do parecer instrutório competente, o Diretor Geral encaminhará o processo acompanhado das respectivas razões, à consideração da Comissão Executiva.

Art. 5.º – Das decisões contrárias, no todo ou em parte, ao requerido, caberá pedido de reconsideração, pelo interessado à Comissão Executiva, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da ciência do despacho.

Art. 6.º – As decisões sobre a matéria descrita no artigo 1.º, são formalizadas através de Portaria, numeradas e devidamente publicadas no Diário da Assembléia, para produzir os devidos efeitos legais.

Art. 7.º – O Gabinete da Consultoria Legislativa e os Departamentos obedecerão à supervisão dos respectivos Diretores, aos quais incumbirão, além das atribuições que lhe forem delegadas pela Diretoria Geral, as seguintes funções:

I – orientar, programar e controlar as atividades dos órgãos que lhes estiverem subordinados;

II – receber, despachar e encaminhar todos os papéis e processos distribuídos ao seu setor administrativo;

III – dar exercício aos funcionários lotados na sua jurisdição;

IV – indicar ao Diretor Geral, para efeito de designação pela Comissão Executiva, os funcionários que exercerão as chefias de Divisão e seção sob sua jurisdição;

V – visar as certidões e cópias oficiais expedidas por qualquer dos órgãos que lhe são subordinados;

VI – segundo as instruções do Diretor Geral e conforme as necessidades, indicar e convocar funcionários para prestarem serviços extraordinários;

VII – receber e dar encaminhamento e solução às solicitações de serviço oriundas da Comissão Executiva, de qualquer dos seus membros, da Diretoria Geral, ou de outros setores administrativos de igual hierarquia;

VIII – prestar esclarecimentos, sempre que solicitados, à Comissão Executiva, ou ao Diretor Geral, sobre o andamento dos trabalhos do setor que dirige;

IX – abrir, autenticar ou encerrar com sua rubrica os livros das Divisões que lhe forem subordinadas;

X – informar os pedidos relativos às atividades funcionais;

XI – colaborar na administração da Secretaria da Assembléia, com sugestões e estudos encaminhados ao Diretor Geral.

Parágrafo único – Incumbe ao Diretor do Departamento Legislativo, além das atribuições previstas neste artigo, mais as seguintes:

I – encaminhar, para publicação, as leis e resoluções promulgadas pela Presidência ou pela Assembléia, com o visto do Diretor Geral;

II – organizar e manter em dia coleção de leis e resoluções aprovadas pela Assembléia e sancionadas pelo Governador do Estado, ou promulgadas pela Presidência ou pela Mesa, e,

III – encaminhar os processos para preparo dos autógrafos.

Art. 8.º – Aos chefes de qualquer nível hierárquico compete:

I – planejar, organizar, orientar ou dirigir, coordenar, fiscalizar ou controlar as atividades dos órgãos sob sua responsabilidade, tendo em vista a plena consecução dos objetivos deste;

II – zelar pela ordem geral, disciplina e segurança nos serviços;

III – zelar pelo fiel cumprimento das atribuições do órgão;

IV – cometer serviços aos subordinados, observadas as especificações das classes correspondentes, e zelar pela sua eficiente e oportuna execução;

V – zelar pela rigorosa observância, nos atos de administração praticados pelos subordinados, dos preceitos de legalidade e justiça, adotando o que for necessário à sua preservação;

VI – elaborar relatórios de execução, nos prazos determinados;

VII – requisitar material e controlar seu consumo;

VIII – promover a apuração de irregularidades, representando à autoridade imediatamente superior, para fins de direito;

IX – zelar pelo aperfeiçoamento pessoal e funcional dos subordinados;

X – controlar a presença e frequência dos subordinados, e,

XI – fornecer certidões e atestados sobre assunto da competência do órgão que dirigir.

CAPÍTULO III

Dos Gabinetes de Representação

Art. 9.º – Contarão com Gabinetes, para os serviços de expediente privativo e de representação, os seguintes órgãos:

- a) Presidência
- b) Vice-Presidência
- c) Secretarias
- d) Diretoria Geral
- e) Diretorias de Departamentos e do GCL
- f) Lideranças de Partidos e do Governo.

§ 1.º – Os Gabinetes, salvo as chefias, serão integrados por funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da

Assembleia, de confiança dos respectivos titulares e designados pela Comissão Executiva.

§ 2.º – Os Gabinetes terão a seguinte composição:

- I – Gabinete da Presidência:
 - um (01) Chefe
 - um (01) Assistente
 - quatro (04) Assessores
 - três (03) Oficiais
 - três (03) Motoristas
 - três (03) Auxiliares
- II – Gabinete da 1.ª Secretaria:
 - um (01) Chefe
 - um (01) Assistente
 - quatro (04) Assessores
 - três (03) Oficiais
 - três (03) Auxiliares
 - três (03) Motoristas
- III – Gabinetes da 1.ª e 2.ª Vice-Presidência:
 - um (01) Chefe
 - dois (02) Auxiliares
 - um (01) Motorista
- IV – Gabinete da 2.ª Secretaria:
 - um (01) Chefe
 - quatro (04) Assessores
 - dois (02) Oficiais de Gabinete
 - dois (02) Auxiliares
 - dois (02) Motoristas
- V – Gabinete da 3.ª Secretaria:
 - um (01) Chefe
 - dois (02) Auxiliares
 - um (01) Motorista
- VI – Gabinete da 4.ª Secretaria:
 - um (01) Chefe
 - dois (02) Auxiliares
 - um (01) Motorista
- VII – Gabinete da Diretoria Geral:
 - um (01) Chefe
 - dois (02) Oficiais
 - um (01) Auxiliar
 - um (01) Motorista
 - um (01) Assessor
- VIII – Gabinete da Consultoria Legislativa:
 - dois (02) Auxiliares
- IX – Gabinete da Diretoria do Departamento Legislativo:
 - um (01) Coordenador
 - dois (02) Assessores
 - dois (02) Auxiliares
 - dois (02) Assistentes
- X – Gabinete da Diretoria do Departamento Administrativo:
 - um (01) Coordenador
 - um (01) Assessor
 - dois (02) Auxiliares
- XI – Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças:
 - um (01) Coordenador
 - dois (02) Auxiliares
- XII – Gabinete da Diretoria do Pessoal:

um (01) Coordenador
dois (02) Auxiliares

XIII – Gabinete da Diretoria do Departamento de Divulgação Legislativa:

- um (01) Coordenador
- um (01) Auxiliar
- três (03) Assessores

XIV – Gabinetes das Lideranças dos Partidos e do Governo:

- um (01) Chefe
- dois (02) Auxiliares
- um (01) Motorista

XV – Gabinete da Consultoria Jurídica:

- um (01) Auxiliar.

Art. 10 – Aos Gabinetes compete:

- I – desempenhar atividades de coordenação, assistência e representação;
- II – estabelecer contatos com os demais órgãos da Assembleia, com os demais Poderes e com outras entidades;
- III – recepcionar autoridades;
- IV – atender as partes e fazer a triagem dos assuntos que devam ser submetidos ao titular de Gabinete;
- V – receber solicitações, examiná-las e dar-lhe solução que couber, encaminhando-as, se for o caso, a outro órgão ou entidade;
- VI – controlar o andamento dos assuntos na Assembleia ou junto a outro órgão ou entidade a que tenham sido encaminhados;
- VII – emitir parecer sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo titular do Gabinete;
- VIII – fazer estudos e coligir elementos a serem utilizados pelo titular do Gabinete em seus pronunciamentos;
- IX – colaborar com o titular do Gabinete na formalização de seus pronunciamentos, consolidando-os ou dando-lhes redação final;
- X – executar trabalhos de datilografia;
- XI – organizar e manter atualizados os arquivos e fichários de controle de assuntos, correspondência e endereços;
- XII – efetuar a redação, expedição e controle da correspondência privativa;
- XIII – divulgar as atividades desenvolvidas pelo órgão, e,
- XIV – fazer os registros relativos a audiências, visitas, conferências e solenidades.

CAPÍTULO IV

Do Gabinete da Consultoria Legislativa

Art. 11 – Ao Gabinete da Consultoria Legislativa compete:

- I – Através da Divisão de Assistência Técnica à Mesa:
 - 1 – prestar assistência à Mesa, submetendo-lhe a matéria a ser despachada, ou a ser discutida e votada;
 - 2 – preparar despachos ordenados pela Mesa, ou qualquer dos seus membros;
 - 3 – organizar, segundo as instruções do Presidente, a Ordem do Dia das Sessões da Assembleia;
 - 4 – conferir a publicação da Ordem do Dia, das emendas e das proposições em geral;
 - 5 – receber e fazer registrar os papéis e processos remetidos à Mesa, providenciando quanto ao seu encaminhamento;
 - 6 – organizar e manter atualizado ementário de questões de ordem propostas em plenário e dirimidas pela Presidência;

- 7 - prestar os esclarecimentos que forem pedidos pela Mesa, ou qualquer dos seus membros, quer quanto ao Regimento Interno, quer quanto ao andamento das Proposições; e,
 - 8 - anotar os prazos regimentais das proposições.
- II - Através da Divisão de Assistência Técnico-Legislativa:
- 1 - proceder à instrução prévia das proposições apresentadas à consideração da Assembléia, quando solicitado;
 - 2 - colaborar com os Deputados, bem como com as Comissões, no processo legislativo;
 - 3 - prestar assistência técnica ao Diretor do Departamento Legislativo, no que concerne à execução de suas atribuições;
 - 4 - prestar assistência e colaboração na redação final das proposições e no preparo dos autógrafos;
 - 5 - proceder a pesquisas e coordenação de elementos destinados à elaboração de proposições de interesse da Assembléia; e,
 - 6 - prestar assessoramento, em assuntos legislativos, sempre que solicitado, a qualquer órgão ou serviço da Secretaria e, ainda, aos Gabinetes de representação.
- III - Através da Divisão de Assistência Técnico-Administrativa:
- 1 - prestar assistência técnica ao Diretor Geral e aos Diretores de Departamento, ressalvado o disposto no n.º 4 do inciso anterior, no que concerne à execução de suas atribuições;
 - 2 - prestar assistência na elaboração dos atos oficiais de natureza administrativa, a serem firmados pela Comissão Executiva, por qualquer dos seus membros, ou, ainda, pelo Diretor Geral;
 - 3 - emitir parecer nos papéis e processos que lhe forem encaminhados, referentes à vida funcional dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa;
 - 4 - pronunciar-se, mediante solicitação, sobre alterações e movimentação do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa;
 - 5 - proceder os estudos e pesquisas destinadas ao aperfeiçoamento da organização e funcionamento dos serviços internos da Secretaria da Assembléia Legislativa;
 - 6 - orientar os programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Assembléia Legislativa;
 - 7 - promover programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; e,
 - 8 - colaborar com a Direção Geral na organização e execução de concursos e provas para admissão, readaptação ou classificação de pessoal para a Secretaria.
- IV - Através da Divisão de Pesquisa e Documentação:
- 1 - coletar elementos sobre os problemas em geral da administração;
 - 2 - organizar e manter atualizado fichário sobre normas legais, com o objetivo de fornecer subsídios à instrução e exames dos processos submetidos ao Gabinete da Consultoria Legislativa, bem como colaborar com a atividade legislativa em geral da Assembléia.

Art. 12 - A Diretoria da Consultoria Legislativa é exercida em comissão, privativamente, por Consultor Legislativo

"A", Bacharel em Direito, e suas Divisões, também em comissão, serão chefiadas por Consultor Legislativo.

Parágrafo único - O Diretor é substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Chefe da Divisão de Assistência Técnico-Administrativa, desde que Consultor Legislativo "A".

Art. 13 - Todos os pronunciamentos do GCL, nos processos e papéis de natureza administrativa, submetidos a seu exame, deverão conter, além do parecer do relator, o aprova do Chefe de divisão e o visto do Diretor, ao qual se faculta o direito de proferir voto em separado, quando discorde dos pontos de vista emitidos.

CAPÍTULO V

Do Departamento Legislativo

Art. 14 - Ao Departamento Legislativo compete:

I - Através da Coordenadoria Legislativa:

- 1 - coordenar, assessorar e instruir os processos encaminhados à consideração da Diretoria do Departamento, dando-lhes o devido encaminhamento após supervisão do Diretor;
- 2 - coordenar a atuação dos órgãos integrantes do Departamento seguindo a orientação fixada pelo Diretor;

II - Através da Divisão das Comissões:

a) Pela Seção das Comissões:

- 1 - Secretariar as reuniões das Comissões lavrando as atas e providenciando sua publicação no órgão oficial;
- 2 - submeter a despacho dos Presidentes das Comissões os processos e papéis a ela distribuídos;
- 3 - comunicar à Seção de Controle de Movimentação Legislativa a tramitação dos papéis e processos encaminhados às Comissões, para efeito de registro e anotação;
- 4 - providenciar, quando solicitado, em colaboração com o Gabinete de Assistência e sob a orientação deste, a instrução das proposições em andamento nas Comissões;
- 5 - obter, dos órgãos da administração, esclarecimentos necessários ao cabal desempenho das tarefas atribuídas às Comissões; e,
- 6 - manter, em cada Comissão, registro e protocolo dos processos e papéis a ela distribuídos, bem como, as cópias dos pareceres exarados pelos relatores.

b) Pela Seção de Serviços Gerais:

- 1 - executar os trabalhos datilográficos afetos à Divisão das Comissões;
- 2 - fornecer, por cópias autênticas, o teor dos processos de peças de processos, e proposições em trâmites pelas Comissões;
- 3 - executar todos os trabalhos auxiliares, de natureza burocrática, que incumbam à Divisão de Comissões;
- 4 - registrar e anotar em fichário próprio, o andamento dos papéis e processos em tramitação pelas comissões e por outros órgãos da Secretaria, desde que, por qualquer forma, interessem à elaboração legislativa;
- 5 - prestar informações sobre a movimentação descrita no item anterior; e,
- 6 - proceder, trimestralmente, ao levantamento dos processos em trâmites ou ultimados, elaborando relatório que ficará à disposição dos autores ou interessados.

c) Pela Seção de Controle de Movimentação Legislativa:

- 1 - autuar, numerar e registrar todas as proposições e papéis encaminhados às Comissões;
- 2 - receber e encaminhar, mediante protocolo, os papéis e processos destinados às Comissões;
- 3 - fazer extrair cópia autêntica de todos os papéis e processos que por qualquer forma, tenham relação com a elaboração legislativa, de modo a que disponha de elementos para a restauração dos processos; e,
- 4 - registrar e notar a destinação das proposições enviadas ao Poder Executivo, ou a qualquer outro órgão da administração ou entidades particulares, acompanhando-lhes os trâmites até sua finalização.

d) Pela Seção de Legislação:

- 1 - manter e atualizar Fichário referentes às Leis Estaduais e Resoluções do Poder Legislativo.

III - Pela Divisão da Ordem do Dia e Autografia:

a) pela Seção da Ordem do Dia:

- 1 - organizar a matéria destinada à Ordem do Dia, os avulsos e a pauta, sob a orientação do Diretor;

- 2 - executar o respectivo serviço datilográfico.

b) pela Seção de Autografia:

- 1 - preparar as autografias dos projetos de Lei, Resoluções e Proposições aprovadas, encaminhando-as à Comissão Executiva para assinatura e dando ciência à Divisão das Comissões da data de expedição das autografias;

- 2 - manter, em arquivo, cópias autênticas das autografias elaboradas com a respectiva data de expedição.

c) pela Seção de Fichário e Controle da Movimentação Legislativa:

- 1 - receber e expedir as "guias de trânsito de processos e papéis";

- 2 - elaborar, datilografar e encaminhar a correspondência da Divisão;

- 3 - arquivar e manter em boa ordem cópias da correspondência e do expediente;

- 4 - elaborar e controlar o fichário das matérias recebidas na Divisão, mantendo-o atualizado com anotações de toda a tramitação, até a fase final;

- 5 - prestar assistência ao Plenário e à Casa, fornecendo as informações solicitadas no decorrer das Sessões Plenárias, bem como aquelas que lhe forem feitas pela Comissão Executiva e Gabinetes dos Senhores Deputados sobre a tramitação dos Projetos.

IV - Pela Divisão da Ata, Anais e Publicidade:

a) pela Seção de Anais e Publicidade:

- 1 - organizar os Anais da Assembléia para publicação;

- 2 - revisar a matéria destinada à publicação nos anais;

- 3 - elaborar índices anômático e remissivo das proposições lidas no expediente das sessões e de toda matéria transcrita nos Anais;

- 4 - coleccionar exemplares do Diário da Assembléia, para a confecção dos Anais; e,

- 5 - revisar as publicações oficiais da Assembléia, bem como as provas destinadas à impressão, superintendendo, ainda, a execução dos respectivos trabalhos gráficos.

b) pela Seção de Redação da Ata:

- 1 - elaborar, com os dados colhidos em plenário, ata resumida das Sessões da Assembléia; e,

- 2 - executar o correspondente trabalho datilográfico.

c) pela Seção de Controle:

- 1 - manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados, elaborando mensalmente, síntese do controle da frequência às sessões plenárias;
- 2 - elaborar o relatório mensal sobre a frequência dos Deputados às sessões plenárias, para ser encaminhado ao Senhor 1.º Secretário; e,
- 3 - fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados e ao Departamento de Pessoal informações relativas à frequência às sessões.

V - À Divisão de Taquigrafia compete:

a) pela Sessão de Acompanhamento Taquigráfico:

- 1 - taquigrafar, na íntegra, traduzir e datilografar os discursos, debates e falas da Mesa, em plenário ou nas Comissões, exceto os documentos lidos ou destinados à inserção nos anais;

- 2 - recolher, após os discursos, as matérias lidas em sessão, encaminhando-as à Seção de Revisão Taquigráfica, para inclusão no texto dos respectivos discursos ou debates, salvo se houver extravio da referida matéria, quando, então, fará expressa advertência no texto datilografado;

- 3 - anotar o horário no início das sessões e dos trabalhos, registrando ainda as alterações na composição da Mesa.

b) pela Seção de Revisão Taquigráfica:

- 1 - revisar e datilografar os textos preparados pela Seção de Acompanhamento Taquigráfico, inserindo neles as peças lidas, para compor a íntegra dos trabalhos;

- 2 - remeter à Divisão de Redação de Debates e Anais os originais de toda a matéria organizada pela Seção, conservando para si pelo menos uma cópia; e,

- 3 - fornecer, em outras cópias, aos Deputados e Jornalistas credenciados, os textos já elaborados, mediante autorização da Mesa.

VI - À Divisão de Redação de Debates e Diário da Assembléia compete:

a) pela Seção de Redação de Debates:

- 1 - proceder a revisão dos discursos, documentos e restante da matéria destinada ao Diário da Assembléia;

- 2 - organizar com as traduções taquigráficas, os documentos e demais elementos fornecidos pela Divisão de Taquigrafia, a Ata integral dos trabalhos da Assembléia;

b) pela Seção do Diário da Assembléia:

- 1 - proceder à composição e revisão dos discursos, documentos restante da matéria para confecção do Diário da Assembléia;

- 2 - ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos destinados à inserção no Diário da Assembléia;

- 3 - registrar, na publicação, a observação, quando for o caso, de que o discurso não foi revisado pelo orador, ou de que, a matéria lida em plenário não foi encaminhada à Divisão de Redação de Debates e Anais;

- 4 - publicar, na devida oportunidade, os discursos não devolvidos em tempo e encaminhar aos órgãos oficiais a matéria lida no decorrer das sessões, ou das reuniões de Comissão, que deva ser publicada na íntegra, ou em súmula.

VII - Através da Coordenadoria de Imprensa Legislativa:

- 1 - coordenação e supervisão das matérias destinadas a impressões no Diário da Assembléia, Avulsos e Ordem do Dia e demais publicações devidamente autorizadas pela Diretoria Legislativa.

VIII - Através da Divisão de Diagramação e Montagem:

a) pela Seção de Diagramação:

- 1 - diagramar e paginar os "Diários e Anais da Assembléia";
- 2 - diagramar e paginar os paéis, envelopes e o restante da matéria de expediente;
- 3 - diagramar e paginar, a pedido dos Senhores Deputados, resumos de suas gestões, discursos, folhetos, papéis de expediente etc.;
- 4 - orientar a composição gráfica, em maquinário próprio, do Diário e Anais da Assembléia, de papéis de expediente desta Casa e material dos Senhores Deputados;
- 5 - realizar a arte final de toda a matéria enviada para a Divisão de Arte e Fitolito; e,
- 6 - manter em arquivo todos os originais fornecidos para a composição gráfica.

b) Pela Seção de Montagem:

- 1 - fazer a feitura de emendas dos "Diários e Anais da Assembléia";
- 2 - emendar os papéis de expediente desta Casa, quando assim o exigirem; e,
- 3 - emendar os originais enviados pelos Senhores Deputados, quando necessário.

IX - Através da Divisão de Arte e Fitolito:

a) Pela Seção de Arte, Fitolito e Fotocomposição:

- 1 - gravar os fotolitos, após diagramação dos "Diários e Anais da Assembléia", e papéis de expediente;
- 2 - fotografar papéis de expediente, material fornecido pelos Senhores Deputados, "Diário e Anais da Assembléia" etc.;
- 3 - proceder os retoques dos filmes negativos;
- 4 - gravar as matrizes para posterior impressão, dos originais da Ordem do Dia, assim como todo o material de expediente desta Casa, em matrizes eletrostáticas.

X - Através da Divisão de Impressão:

a) Pela Seção de "Composer" do Diário da Assembléia:

- 1 - proceder à impressão do órgão oficial da Assembléia;
- 2 - proceder à impressão dos "Anais da Assembléia";
- 3 - proceder à impressão da Ordem do Dia e matérias correlatas.

b) Pela Seção de Impressão de Material de Expediente:

- 1 - proceder à impressão dos papéis, envelopes e material correlato, destinado ao uso no expediente desta Casa;
- 2 - proceder à impressão dos discursos, resumo de gestões, folhetos, papéis de expediente etc., dos Senhores Deputados.

XI - Através da Divisão de Encadernação:

a) Pela Seção de Encadernação, Acabamento e Controle de Material:

- 1 - executar a blocagem de todo o material de expediente que necessitar de tal providência;
- 2 - encadernar a matéria que exija esta providência;

- 3 - intercalar a Ordem do Dia, "Diário e Anais da Assembléia", material de expediente etc.;

- 4 - realizar o trabalho de picote quando necessário;

- 5 - proceder a perfuração dos "Anais da Assembléia" e demais materiais correlatos, quando assim o exigirem, para posterior colocação de garras plásticas; e,

- 6 - responsabilizar-se pelo serviço de guilhotinagem de papéis, livros, blocos, "Anais da Assembléia" etc.

CAPÍTULO VI

Do Departamento Administrativo

Art. 15 - Ao Departamento Administrativo compete:

I - Pela Coordenadoria de Assessoramento Técnico:

- 1 - prestar assessoramento ao Diretor, em todas as questões atinentes ao Departamento.

II - Pela Coordenadoria de Assessoramento Administrativo:

- 1 - coordenar as atividades de todos os órgãos componentes do Departamento, segundo a orientação fixada pelo Diretor.

III - Através da Divisão de Expediente:

a) Pela Seção de Correspondência:

- 1 - elaborar e datilografar a correspondência oficial da Secretaria, encaminhando-a a quem couber, para assinatura;
- 2 - arquivar, em fichário próprio, por assunto e destino, cópias da referida correspondência;
- 3 - organizar e datilografar o expediente das Sessões da Assembléia sob a fórmula de súmula;
- 4 - providenciar o arquivamento da matéria cujo processo e tramitação se encerre com a expedição de correspondência oficial.

b) Pela Seção Copiadora:

- 1 - reproduzir todas as cópias de documentos que forem submetidas pelos gabinetes, mediante controle;
- 2 - plastificar documentos.

IV - Através da Divisão de Protocolo:

a) Pela Seção de Controle e Movimentação de Processos:

- 1 - receber, numerar e registrar a correspondência ou os processos encaminhados à Assembléia, dando-lhes a devida tramitação;
- 2 - controlar, mediante as guias de trânsito e fichário, a tramitação e localização de papéis e processos já protocolados;
- 3 - informar às partes interessadas sobre a tramitação e localização dos papéis e processos.

b) Pela Seção de Expedição:

- 1 - registrar a correspondência oficial e providenciar a sua expedição;
- 2 - registrar processos, proposições e documentos destinados aos órgãos do Poder Público e Entidades ou pessoas outros, providenciando a sua expedição;
- 3 - movimentar valores necessários às suas tarefas, prestando contas ao Departamento de Finanças;
- 4 - controlar as fichas referentes ao uso de telefones públicos existentes na Assembléia Legislativa;

- 5 - organizar fichário do controle de expedição e retorno de papéis, bem como processos e proposições.

V - Através da Divisão de Documentação:

- a) Pela Seção de Arquivo:
 - 1 - verificar as proposições, processos, papéis e livros de registros, a serem arquivados;
 - 2 - coleccionar as proposições, processos, papéis e livros de registros;
 - 3 - extrair certidões de documentos sob sua guarda, depois da competente autorização;
 - 4 - organizar coleções de cada número dos impressos da Ordem do Dia, Diário Oficial e Diário da Assembléia;
 - 5 - atender a pedidos de desarquivamento, bem como de devolução de documentos arquivados, após a competente autorização.
- b) Pela Seção de Estatística:
 - 1 - levantamento de todas as atividades da Assembléia e dos Deputados, referentes a discursos pronunciados, proposições apresentadas, sessões realizadas, reuniões de comissão;
 - 2 - organizar a sinopse das Resoluções, Leis, Atas, Decretos Legislativos, Portarias e outros atos administrativos;
 - 3 - elaborar a sinopse dos trabalhos realizados durante cada Sessão Legislativa, Ordinária ou Extraordinária, com especificação das fases porque passaram, providenciando a respectiva publicação.
- c) Pela Seção de Documentação Histórica:
 - 1 - levantamento e classificação de todos os documentos, papéis e processos pertencentes a Assembléia, que de qualquer modo interessem a história do Poder Legislativo e do Estado do Paraná;
 - 2 - proceder pesquisa destinadas a elucidar a vida e obra de quantos, havendo passado pelo Poder Legislativo, tenham seus nomes ligados à história do Paraná;
 - 3 - organizar e classificar todos os elementos informativos sobre acontecimentos e episódios relativos a Vida do Poder Legislativo Estadual.

VI - Através da Divisão de Atendimento ao Plenário:

- 1 - fornecer material e documentos solicitados pela Mesa, Deputados ou funcionários, no decurso das Sessões da Assembléia e Reuniões das Comissões;
- 2 - realizar nas Sessões e Reuniões, conforme a praxe, serviços auxiliares tais como: distribuição de café, mate ou refrigerantes, transporte de papéis e processos etc.
- a) Pela Seção de Transmissão de Rádio:
 - 1 - manter os serviços de som em geral da Assembléia, executar os serviços de gravação sonora dos trabalhos da Assembléia;
 - 2 - auxiliar e dar atendimento nas transmissões externas da Televisão e Rádio.

VII - Através do Administrador Geral:

- 1 - compete supervisionar o funcionamento das diversas instalações, providenciar reparos, fiscalizar serviços executados, substituir o chefe da Divisão de Serviços Gerais e com este manter estreito relacionamento funcionamento.

VIII - Através da Divisão de Serviços Gerais:

- 1 - supervisionar e fiscalizar a execução dos servi-

ços de conservação e limpeza dos edifícios e respectivas instalações da Assembléia;

- 2 - providenciar os consertos e reparações que se fizerem necessárias;
- 3 - providenciar o hasteamento e arriamento das Bandeiras Nacional e Estadual.
- a) Pela Seção de Copa e Cozinha:
 - 1 - manter os serviços zelando pelo asseio e higiene dos utensílios e instalações;
 - 2 - executar os serviços de distribuição de café, mate e refrigerantes e refeições a Deputados e funcionários.
- b) Pela Seção de Telefonia:
 - 1 - promover a execução dos serviços telefônicos internos e externos;
 - 2 - receber chamadas e fazer ligações, anotando recados e transmitindo-os aos destinatários;
 - 3 - controlar as contas telefônicas deste Poder.
- c) Pela Seção de Limpeza e Conservação:
 - 1 - prover a conservação e limpeza dos edifícios e respectivas instalações;
 - 2 - prover a limpeza dos móveis e utensílios.
- d) Pela Seção de Portaria:
 - 1 - abrir e fechar os edifícios e suas dependências, conforme as necessidades de serviço e determinações da Diretoria;
 - 2 - recepcionar as pessoas que procurarem Deputados e funcionários que desejarem ter acesso a qualquer dependência da Assembléia;
 - 3 - receber e distribuir a correspondência de Deputados e funcionários.
- e) Pela Seção de Manutenção Elétrica e Serviços Gerais:
 - 1 - manter em perfeito funcionamento todas as instalações elétricas;
 - 2 - efetuar a revisão periódica das instalações;
 - 3 - efetuar serviços de carpintaria necessária.

IX - Através da Divisão de Almoxarifado:

- 1 - receber o material adquirido, registrando-o e conferindo-o com as respectivas notas e faturas;
- 2 - guardar e conservar em depósito o material adquirido.

a) Pela Seção de Consumo:

- 1 - fornecer as dependências da Secretaria da Assembléia o material que através da Diretoria Geral, for por elas requisitado.

b) Pela Seção de Controle de Material:

- 1 - manter controle, através de fichas, do consumo de material nos diversos Departamentos e Gabinetes.

X - Através da Divisão de Patrimônio:

a) Pela Seção de Cadastro e Tombamento:

- 1 - organizar e manter atualizado o cadastro de material permanente, dando baixa dos equipamentos, máquinas e móveis inservíveis ou alienados;
- 2 - classificar os bens Patrimoniais da Assembléia, mantendo fichário próprio em que se anotarão o destino dos bens;
- 3 - expedir e atualizar os termos de responsabilidade dos diversos setores da Secretaria da Assembléia.

b) Pela Seção de Conservação e Reparação de Móveis:

- 1 - efetuar os consertos necessários;

- 2 - fiscalizar o uso dos móveis para melhor aproveitamento.
- c) Pela Seção de Atualização de Bens Patrimoniais:
 - 1 - efetuar periodicamente a atualização dos valores patrimoniais;
 - 2 - registrar os contratos de prestação de serviços para com este Poder em livro próprio;
 - 3 - observar os vencimentos dos contratos e comunicar, com antecedência de 60 dias do vencimento.
- d) Pela Seção de Conservação de Máquinas:
 - 1 - zelar pela conservação das máquinas e equipamentos diversos da Assembléia;
 - 2 - promover as operações de manutenção, reparos e consertos necessários.

XI - Através da Divisão de Compras:

- 1 - organizar os processos de compra e promover as respectivas aquisições, bem como particular da abertura das licitações, movimentar valores necessários às suas tarefas, prestando contas ao Departamento de Finanças.
- a) Pela Seção de Licitação:
 - 1 - encaminhar as propostas de tomada de preço.
- b) Pela Seção de Cadastro de Fornecedores:
 - 1 - organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores, inclusive realizar convênios com órgãos correspondentes da Administração Estadual.
- c) Pela Seção de Empenho e Controle:
 - 1 - controlar as notas e faturas com o saldo previsto nas dotações respectivas fixadas pelo Departamento de Finanças;
 - 2 - informar o processo, certificar as faturas, solicitar maiores dotações financeiras.
- d) Pela Seção de Atendimento Externo:
 - 1 - fazer coletas de preços junto às Firms cadastradas do material a ser adquirido.

XII - Através da Divisão de Transportes e Oficina:

- 1 - proceder os serviços de manutenção e reparação de veículos da Assembléia Legislativa, com os seus próprios recursos, ou, se necessário, mediante prévia autorização da Diretoria Administrativa, em estabelecimentos especializados, sob a sua rigorosa e efetiva fiscalização, controle, comunicando em relatório todos os serviços efetuados fora da oficina, discriminando peças e acessórios substituídos, custos e motivos da operação, bem como o registro de carros oficiais de propriedade da Casa, carteiras de motoristas, seguros e outras providências.
- a) Pela Seção de Aquisição e Controle de Materiais:
 - 1 - manter o serviço de almoxarifado próprio, com fichários de controle, em que se conservará peças e acessórios para eventuais substituições e onde serão recolhidos as peças e acessórios substituídos, para futuras destinações.
- b) Pela Seção de Eletricidade:
 - 1 - proceder os reparos de eletricidade em veículos oficiais determinados pela Divisão de Transportes e Oficina.
- c) Pela Seção Mecânica:
 - 1 - proceder os reparos mecânicos determina-

- dos pela Divisão de Transportes e Oficina.
- d) Pela Seção de Transportes:
 - 1 - proceder o emplaceamento dos veículos oficiais deste Poder junto ao DETRAN, bem como renovar seguros, controle de carteiras profissionais de motoristas que servem ao Poder, verificação dos danos materiais em veículos, estado de pneus, marcação dos mesmos pelo número e um sinal típico da Assembléia, controle de gastos de gasolina e todas as demais determinações fixadas pela Chefia de Divisão.

CAPÍTULO VII

Do Departamento de Finanças

Art. 16 - Ao Departamento de Finanças, compete:

- I - prestar assessoramento ao Diretor em todas as questões atinentes ao Departamento.
- II - Através da Tesouraria Geral:
 - a) Pela Sub-Tesouraria:
 - 1 - substituir o Tesoureiro Geral em suas ausências e/ou impedimentos;
 - 2 - organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado e do País que venha ao encontro das necessidades do Departamento.
 - III - Através da Divisão de Tesouraria:
 - a) Pela Seção de Controle Bancário:
 - 1 - organizar o controle das contas bancárias, mantidas pela Assembléia Legislativa, mantendo-o atualizado;
 - 2 - relacionar os Cheques e Ordens de Crédito, emitidos pela Assembléia Legislativa;
 - 3 - relatar, diariamente, a posição bancária da Assembléia Legislativa.
 - b) Pela Seção de Serviço de Tesouraria:
 - 1 - confeccionar os cheques e ordens de crédito para pagamento de Pessoal e fornecedores da Assembléia Legislativa;
 - 2 - manter cadastro das contas pagas, bem como dos respectivos credores;
 - 3 - confeccionar e enviar os avisos aos credores dos pagamentos feitos através de ordens de crédito; e,
 - 4 - confeccionar o Boletim de Operação Diária da Tesouraria Geral, para fins de registro contábil.
 - IV - Através da Divisão de Pagadoria:
 - a) Pela Seção de Caixa:
 - 1 - efetuar os pagamentos autorizados;
 - 2 - ter sob sua guarda o numerário para atender as despesas de pronto pagamento; e,
 - 3 - fazer diariamente o fechamento do Caixa, enviando-o ao Tesoureiro Geral.
 - V - Através da Contadoria Geral:
 - a) Pela Seção do Imposto de Renda:
 - 1 - determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda para desconto em Folha de Pagamento;
 - 2 - determinar o índice para cálculo do Imposto de Renda para desconto na fonte, nos processos de pagamento a fornecedores, conforme dispõe a legislação;
 - 3 - informar, quando solicitado, sobre os problemas relativos ao Imposto de Renda; e,
 - 4 - manter atualizada coletânea de Leis que interessem ao setor.
 - VI - Através da Divisão de Contabilidade:

Curitiba, segunda, 07/04/80.

- a) Pela Seção de Registros Contábeis:
 - 1 - registrar as operações contábeis da Assembléia Legislativa elaborando os balancetes mensais e balanços anuais;
 - 2 - elaborar o relatório trimestral das operações financeiras da Assembléia Legislativa;
 - 3 - prestar as informações relativas às operações contábeis; e,
 - 4 - manter atualizado o plano de contas.
 - b) Pela Seção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário:
 - 1 - elaborar a proposta orçamentária;
 - 2 - confeccionar a documentação necessária que possibilite as liberações das dotações orçamentárias, junto às entidades competentes;
 - 3 - emitir notas de empenho em processo devidamente autorizados; e,
 - 4 - manter fichário que controle os serviços sob a sua guarda.
 - c) Pela Seção de Administração Contábil:
 - 1 - confeccionar as autorizações de pagamento e manter controle das mesmas;
 - 2 - instruir processos de despesa da Assembléia Legislativa;
 - 3 - confeccionar ordens de recebimento e guias de estorno;
 - 4 - confeccionar os demonstrativos de despesa da Assembléia Legislativa; e,
 - 5 - executar os serviços administrativos especializados do Departamento.
- VII - Através da Divisão de Controle Financeiro do Pessoal:
- a) Pela Seção de Folhas de Pagamento:
 - 1 - calcular as Folhas de Pagamento;
 - 2 - providenciar para que as Folhas de Pagamento sejam encaminhadas em cumprimento das formalidades legais;
 - 3 - solicitar os empenhos das Folhas de Pagamento junto à Divisão de Contabilidade; e,
 - 4 - registrar em fichas individuais, todas as alterações relativas ao Pessoal, para efeito de pagamento, desconto, reposição e consignação.
 - b) Pela Seção de Consignação e Descontos:
 - 1 - organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos efetuados em Folha de Pagamento;
 - 2 - organizar os processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores por consignação, em Folha de Pagamento; e,
 - 3 - informar e instruir processos relativos a descontos e consignações.
- VIII - Através da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais:
- IX - Pela Divisão de Registros:
- a) Pela Seção de Cadastro de Entidades:
 - 1 - organizar e manter atualizado o cadastro de entidades beneficiadas com auxílios financeiros;
 - 2 - instruir processos relativos a novos auxílios financeiros às entidades cadastradas; e,
 - 3 - elaborar certidões e atestados atinentes às entidades cadastradas.
 - b) Pela Seção de Registro das Operações:
 - 1 - registrar, nas fichas próprias, as operações diárias;

- 2 - confeccionar avisos de crédito aos Deputados; e,
- 3 - confeccionar relatório mensal das operações.

X - Através da Divisão de Aplicações:

a) Pela Seção de Controle das Dotações:

- 1 - confeccionar cheques e ordens de pagamento dos auxílios financeiros autorizados;
- 2 - manter arquivado sob a sua guarda os processos liquidados, para a posterior prestação de contas;
- 3 - informar aos Deputados sob os processos mantidos em arquivo;
- 4 - elaborar os processos de prestação de contas à Diretoria Legislativa;
- 5 - manter controle das contas bancárias abertas, relativas às dotações pessoais dos Deputados; e,
- 6 - executar os serviços administrativos da Coordenadoria.

b) Pela Seção de Execução e Pagamento:

- 1 - efetuar os pagamentos autorizados;
- 2 - remeter os processos pagos à Divisão de Registro;
- 3 - escriturar diariamente o Livro Caixa; e,
- 4 - ter sob sua guarda o numerário destinado a atender os auxílios pessoais.

CAPÍTULO VIII

Departamento de Divulgação Legislativa

Art. 17 - Ao Departamento de Divulgação Legislativa, compete:

I - Através da Coordenadoria de Assessoramento Técnico:

- 1 - coordenar a elaboração de material de cunho jornalístico a ser fornecido aos órgãos de divulgação;
- 2 - prestar assessoramento técnico ao respectivo Diretor, de acordo com as suas solicitações e necessidades do serviço.

II - Através da Divisão de Imprensa, Rádio e TV:

a) Pela Seção de Imprensa:

Elaborar o material para divulgação nos jornais, distribuindo-o aos seus representantes credenciados na Casa, e enviando-o, via Telex ou Correio, à imprensa do Interior do Estado.

b) Pela Seção de Rádio e TV:

- 1 - compor os textos noticiosos de acordo com a técnica e estilo jornalístico próprio para tal;
- 2 - distribuir diariamente às emissoras de Rádio e TV, resenha dos trabalhos de plenário e das Comissões;
- 3 - preparar, através de "fita magnética", o noticiário do dia, a fim de distribuí-lo às emissoras do interior, através de telefone.

III - Através da Divisão de Cine-Foto:

Providenciar toda a cobertura cine-fotográfica dos acontecimentos noticiáveis do Legislativo.

a) Pela Seção de Laboratório:

Revelar e positivar os filmes e fotos que acompanham as matérias noticiosas do Departamento de Divulgação Legislativa.

b) Pela Seção de Foto-Filmagem:

Fotografar e filmar os principais acontecimentos noticiáveis do Poder Legislativo.

IV - Através da Divisão de Comunicação e Controle:

Executar a expedição do material noticioso; coletar

dados de interesse à divulgação; arquivar o trabalho produzido no Departamento; e, superintender, por seu Chefe, os serviços internos do D.D.L.

- a) Pela Seção de Dados e Informações:
Coletar dados de interesse da Casa e transmiti-los aos interessados, sobre assuntos do Poder Legislativo.
- b) Pela Seção de Comunicação:
Expedir cartas e telegramas referentes à matéria elaborada para a divulgação.
- c) Pela Seção de Controle:
Arquivar toda a matéria elaborada pelo DDL, bem como os jornais, revistas e publicações recebidas. Ao final de cada mês, enviar aos Senhores Deputados, o controle das matérias produzidas e as veiculadas pela imprensa.

CAPÍTULO VIII

Do Departamento de Pessoal

Art. 18 – Ao Departamento de Pessoal compete:

I – Através da Coordenadoria de Assessoramento Técnico:

- 1 – prestar assessoramento ao Diretor em todas as questões atinentes ao Departamento.

II – Através da Assessoria Jurídica:

- 1 – assessorar o Diretor do Departamento de Pessoal nas suas atribuições;
- 2 – apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal;
- 3 – organizar e manter atualizada a coletânea de legislação, do Estado e do País, que por ventura venham ao encontro dos interessados das atividades do Departamento.

III – Através da Divisão de Regime Legal:

a) Pela Seção Administrativa do Pessoal:

- 1 – elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria Geral;
- 2 – informar os processos referentes a Pessoal;
- 3 – encaminhar para efeito de publicação, os atos oficiais referentes ao Pessoal;
- 4 – encaminhar ao Departamento de Finanças, quaisquer alterações relativas à remuneração de funcionários.

b) Pela Seção de Administração de Cargos e Vencimentos:

- 1 – elaborar contagem de tempo de serviço dos funcionários, fazendo-se publicar anualmente;
- 2 – organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;
- 3 – organizar mapa de comparecimento, de férias e de licença dos funcionários;
- 4 – prestar assistência à Comissão de Promoções;
- 5 – manter registro de vagas nas diversas carreiras;
- 6 – promover, de ofício, a implantação das vantagens do pessoal;
- 7 – organizar e manter as listas de endereços dos funcionários; e,
- 8 – elaborar estatística do Departamento.

IV – Através da Divisão de Cadastro de Pessoal:

a) Pela Seção de Cadastro de Funcionários:

- 1 – lavrar termo de posse e outros;
- 2 – fornecer carteiras de identidade;
- 3 – elaborar certidões, atestados e declarações relativas à vida funcional;
- 4 – manter atualizada a ficha funcional;

- 5 – fornecer dados para elaboração de documentos;
- 6 – informar os processos referentes a Pessoal;
- 7 – manter listagem de pessoal por ordem alfabética e por designação;
- 8 – elaborar certidão, declaração e atestados, relativos à vida funcional;
- 9 – elaborar relatório quando solicitado; e,
- 10 – fornecer dados para elaboração de documentos.

V – Através da Divisão de Controle de Pessoal Eventual:

- 1 – assessorar o Diretor do Pessoal na área de sua Divisão;
- 2 – dirigir as respectivas Seções, bem como prover dos recursos necessários ao seu funcionamento;
- 3 – coordenar o Controle do Pessoal Eventual.

a) Pela Seção do Pessoal Comissionado:

- 1 – orientar e recolher a documentação adequada do Pessoal Comissionado junto aos Cabines Parlamentares;
- 2 – Preenchimento e anotações em ficha funcional;
- 3 – lavrar Termo de Posse;
- 4 – informar processos relativos a pessoal comissionado;
- 5 – elaborar certidões, declarações e atestados relativos à vida funcional;
- 6 – manter listagem atualizada de pessoal Comissionado, por ordem alfabética e por designação;
- 7 – elaborar relatório quando solicitado;
- 8 – fornecer dados para elaboração de documentos.

b) Pela Seção de Pessoal à Disposição:

- 1 – orientar a providência de documentação;
- 2 – preenchimento e anotações em ficha funcional;
- 3 – controlar e expedir Boletim de Frequência;
- 4 – informar processos relativos a pessoal à disposição;
- 5 – manter atualizada ficha funcional;
- 6 – manter listagem de pessoal à disposição por: ordem alfabética, órgão de origem e designações;
- 7 – elaborar certidão, declaração e atestado;
- 8 – elaborar relatório quando solicitado;
- 9 – fornecer dados para elaboração de documentos.

c) Pela Seção do Pessoal Contratado:

- 1 – elaborar Contratos de Trabalho;
- 2 – registrar e atualizar Carteira de Trabalho;
- 3 – preenchimento e anotações em ficha funcional;
- 4 – informar processos;
- 5 – elaborar e controlar escala de férias;
- 6 – manter listagens atualizadas de pessoal contratado por ordem alfabética e por designação.

d) Pela Seção de Cadastro de Deputados:

- 1 – manter atualizadas as pastas individuais dos Deputados em exercício;
- 2 – preparar carteira de identidade dos Deputados;
- 3 – manter atualizada ficha de Deputados, com os dados fornecidos pelo Departamento Legislativo;

Curitiba, segunda, 07/04/80.

- 4 - informar processos;
- 5 - elaborar mapas de funções exercidas pelos Deputados;
- 6 - fornecer certidões, declarações e atestados relativos a situação dos Deputados.

VI - Através da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal:

- 1 - promover pesquisas sobre as necessidades de treinamento de servidores, orientando-se pelas indicações da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos;
- 2 - planejar e promover cursos, visando a formação, aperfeiçoamento e especialização profissional do Pessoal;
- 3 - promover a seleção de bolsistas, para cursos de treinamento e aperfeiçoamento, em organizações especializadas;
- 4 - sugerir celebração de convênios com entidades especializadas em ministração de cursos especializados; e,
- 5 - expedir certificado de conclusão de cursos e promover o registro na ficha funcional.

CAPÍTULO IV

Dos Serviços Autônomos

Art. 19 - Os serviços adiantes regulamentados subordinados diretamente à Diretoria Geral, exercerão funções e atividades específicas, sob a orientação e supervisão técnica dos respectivos chefes.

Parágrafo único - Os chefes dos serviços autônomos serão comissionados pela Comissão Executiva, por indicação da Diretoria Geral, dentre funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia.

Art. 20 - Os serviços autônomos elaboração, dentro de trinta dias, no máximo, seus respectivos regulamentos internos, que serão aprovados pela Diretoria Geral, mediante Portaria.

Art. 21 - São atribuições dos serviços autônomos as seguintes:

I - Através do Cerimonial e Relações Públicas:

- 1 - organizar o programa de visitas oficiais ao Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO";
- 2 - providenciar, quando de realização de atos solenes a recepção às autoridades e demais convidados, bem como a distribuição, segundo os princípios e normas protocolares, de lugares na Mesa ou nas dependências do plenário;
- 3 - providenciar, de acordo com instruções da Comissão Executiva e do Diretor Geral, recepções e comemorações de gala ou de luto;
- 4 - adotar as providências que se fizerem necessárias para o transporte e hospedagem de personalidades especialmente convidados pela Assembléia Legislativa; e,
- 5 - organizar e manter atualizado fichário dos nomes das autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como do corpo consular.

6 - Pela Divisão de Relações Públicas:

- a) exercer todas as atribuições inerentes às relações públicas, mantendo intercâmbio com entidades administrativas, culturais e recreativas do Estado, dos municípios e da União, num permanente contato com o povo paranaense, em particular, e com o brasileiro, em geral, no sentido de manter o Poder Legislativo Estadual perfeitamente entrosado com a opinião pública;
- b) providenciar a representação da Assembléia nos atos e festejos para que for con-

vidada;

- c) elaborar a correspondência que interesse, de alguma forma, às relações sociais entre a Assembléia e outros Poderes e entidades públicas ou privadas.

II - Através do Serviço Médico:

- 1 - prestar assistência médica exclusiva aos Senhores Deputados e servidores da Assembléia, bem como aos respectivos dependentes diretos;
- 2 - expedir laudos de inspeção médica, de conformidade com as normas do Regimento Interno, para efeito de concessão de licença para tratamento de saúde aos Deputados Estaduais;
- 3 - realizar exames médicos e expedir atestados e laudos, nos casos e para os previstos na Lei;
- 4 - prestar assistência domiciliar nos casos de urgência médica, no caso de impedimento do transporte do paciente, desde que haja outro médico para atender o ambulatório;
- 5 - colaborar no estudo e preparo dos pareceres, quando solicitados, sobre problemas e questões médicas que dependam da apreciação da Assembléia, ou interessem a qualquer dos Srs. da Secretaria.

III - Através do Serviço Odontológico:

- 1 - terão direito ao uso do Serviço Odontológico somente os Senhores Deputados, funcionários e respectivos familiares;
- 2 - ficam os Cirurgiões-Dentistas terminantemente proibidos de atender pessoas que não se enquadrem no item anterior;
- 3 - será observado o regime de hora marcada para o atendimento odontológico, com exceção dos casos de emergência, podendo os Cirurgiões-Dentistas, nesse caso, dispensar os pacientes do respectivo horário;
- 4 - todo paciente que faltar a hora marcada ou chegar atrasado, ficará na dependência de marcar novo horário a ser determinado pelo seu Cirurgião-Dentista, de acordo com as disponibilidades.

IV - Através do Serviço de Assistência Social:

a) Pela Seção de Triagem e Internamento:

- 1 - confeccionar fichas e encaminhar os doentes para atendimento médico, ou para Hospitais especializados conforme o caso;
- 2 - fazer a triagem e encaminhar o doente para o internamento hospitalar;
- 3 - escriturar em livro próprio o registro dos doentes atendidos e internados.

b) Pela Seção Médica:

- 1 - prestar assistência clínica e cirúrgica, através de consultas ou pequenas cirurgias;
- 2 - indicar o internamento hospitalar quando for o caso.

c) Pela Seção de Enfermagem e Farmácia:

- 1 - proceder à guarda e distribuição de medicamentos, à vista das indicações médicas;
- 2 - prestar auxílio aos Médicos no setor de enfermagem.

d) Pela Seção de Expediente e Documentação:

- 1 - elaborar a correspondência oficial do Serviço;
- 2 - controlar as diárias dos motoristas lotados no serviço;
- 3 - elaborar relatórios e desempenhar todas as funções de secretaria.

e) Pela Seção de condução:

- 1 - requisitar combustível para os veículos;
- 2 - autorizar a lavagem e lubrificação dos veículos à disposição do Serviço;
- 3 - controlar as viagens das ambulâncias;
- 4 - supervisionar a coleta dos doentes nos albergues, pensões e hotéis e distribuição pelos hospitais e ambulatórios da cidade.

V - Através do Serviço de Biblioteca:

- a) Pela Seção de Empréstimos:
 - 1 - registrar os leitores mediante apresentação de carteira de identidade ou profissional;
 - 2 - fornecer aos mesmos a carteira de inscrição que será exigida toda vez que se tratar de empréstimo;
 - 3 - cancelar o registro de leitores faltosos;
 - 4 - manter fichário de cadastro e controle dos leitores e das obras emprestadas.
- b) Pela Seção de Pesquisa, Documentação e Coleção Legislativa:
 - 1 - pesquisar, a pedido dos Órgãos da Assembléia e leitores, fornecendo sinopse ou súmulas e indicando as fontes bibliográficas adequadas ao conhecimento do assunto;
 - 2 - manter fichário com documentação que mais de perto interesse à Casa, bem como os relatórios já elaborados;
 - 3 - manter fichário com a súmula das Leis Estaduais e Atos da Assembléia;
 - 4 - manter sob sua guarda exemplares de coleção e outros considerados raros, vedando a retirada das obras do recinto da Biblioteca.
- c) Pela Seção de Registro e Classificação:
 - 1 - registrar em livro próprio as obras pertencentes ao acervo da Biblioteca;
 - 2 - classificar as obras segundo as normas técnicas usuais e mantê-las em conservação;
 - 3 - manter fichários por Autor, Títulos e Assunto e outros critérios que se achar conveniente;
 - 4 - promover a recuperação de obras danificadas ou indicar os meios para a devida recuperação.

VI - Através do Serviço de Informação Econômica:

- 1 - coletar, organizar e manter atualizada as estatísticas, estudos e análises sobre a economia do Estado e sobre os fatores que sobre ela influem;
- 2 - proceder a estudos e análises econômicos sociais, pertinentes ao desenvolvimento nacional e estadual;
- 3 - fornecer informações de natureza econômico-social aos órgãos da Assembléia; e,
- 4 - divulgar com periodicidade as informações e estudos que obtiver na sua operação.

VII - Através do Serviço de Segurança:

- 1 - o Comando do Serviço de Segurança será exercido por pessoa capacitada e de livre escolha da Comissão Executiva deste Poder;
- 2 - o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado, subordinado tecnicamente à Mesa administrativamente à Diretoria Geral.

VIII - Através do Centro de Processamento de Dados e Serviço de Telex:

- a) Pela Divisão de Operações:
- a.a) Pela Seção de Operação Central:
 - 1 - dar entrada de dados no console central de processamento;
 - 2 - repassar os programas que determinarão a utilização dos dados injetados;

- 3 - organizar a saída de relatórios pedidos.
- a.b) Pela Seção de Operação Periférica:

- 1 - dar entrada de dados nos aparelhos periféricos;
- 2 - repassar programas que possibilitem a computação pelo processamento de dados central;
- 3 - conferir a saída dos relatórios obtidos através dos aparelhos periféricos.

- b) Pela Divisão de Controle e Programação:

- b.a) Pela Seção de Recepção, Expedição e Arquivo de Dados:

- 1 - receber e preencher a documentação para possibilitar a operação dos dados;
- 2 - conferir e expedir os relatórios aos solicitantes;
- 3 - arquivar os documentos do Centro de Processamento de Dados e emitir certidões sobre a documentação que estiver em seu poder.

- b.b) Pela Seção de Análise e Programação:

- 1 - efetuar a análise dos trabalhos a serem instalados em processamento de dados;
- 2 - programar de acordo com o Chefe do Centro de Processamento de Dados propiciando a análise feita;
- 3 - alterar os programas já consolidados, no sentido de dar viabilidade aos serviços do Centro de Processamento de Dados.

- c) Pela Divisão do Terminal Prodasen:

- 1 - operar o terminal segundo as solicitações de interesse da administração e do processo de elaboração legislativa.

- d) Pela Seção do Telex:

- 1 - transmissão e recepção de mensagens oficiais, serviço de imprensa, mantendo um serviço de controle.

IX - Através da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações (CAJL).

Art. 22 - A Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, será composta por 5 (cinco) membros, com subordinação administrativa à Diretoria Geral.

Parágrafo único - A Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, será formada através de portaria do Diretor Geral, devendo dela fazer parte funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, com as seguintes indicações:

- a) 1 (um) da Primeira Secretaria;
- b) 1 (um) do Departamento Administrativo;
- c) 1 (um) do Departamento de Finanças;
- d) 2 (dois) da Diretoria Geral, sendo 1 (um) bacharel em Direito.

Art. 23 - A Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, elegerá o seu Presidente e Secretário, informando o Diretor Geral da decisão.

§ 1.º - As tomadas de decisões da CAJL serão por maioria de voos dos membros presentes à reunião, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 2.º - A CAJL se reunirá com um número mínimo de três (03) membros, cabendo ao Presidente, oficial ao Diretor Geral informando de faltas não justificadas, dos funcionários membros, às reuniões.

§ 3.º - O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Secretário.

§ 3.º - A Divisão de Compras, do Departamento Administrativo, deverá prestar todas as informações solicitadas pela CAJL.

§ 5.º - Mensalmente, a CAJL deverá emitir relatório circunstanciado de suas atividades, enviando-o ao Diretor Geral.

Curitiba, segunda, 07/04/80.

§ 6.º – Sempre que necessário e tratando-se de matéria de natureza técnica, a CAJL poderá solicitar parecer de técnico competente.

Art. 24 – Os pedidos de compra de materiais, contratação de serviços, avaliação e alienação de bens móveis, com valor superior a sete (07) vezes o valor de referência, deverão ser analisados pela CAJL, que emitirá parecer.

§ 1.º – Em casos em que a Comissão Executiva achar necessário, poderão ser criadas Comissões Especiais de Julgamento e Licitações.

§ 2.º – O parecer da CAJL deverá ser conclusivo, sem contudo ter caráter definitivo, pois poderá sofrer alteração quando da tomada de decisões pela Administração.

Art. 25 – Os membros da CAJL, perceberão função gratificada, símbolo I-F.

Parágrafo único – Os membros da CAJL deverão continuar a prestar serviços na lotação de origem.

X – Da Consultoria Jurídica:

Art. 26 – O cargo de Consultor Jurídico, de provimento em comissão, será exercido por Consultor Legislativo inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

Art. 27 – São atribuições da Consultoria Jurídica, sob a supervisão do Consultor Jurídico:

- 1 – emitir parecer sobre questões que lhe forem submetidas pela Comissão Executiva ou qualquer de seus membros;
- 2 – emitir parecer sobre contratos a serem celebrados entre a Assembléia Legislativa e terceiros, bem como sobre questões com eles relacionadas;
- 3 – defender os direitos e interesses da Assembléia Legislativa, em Juízo ou fora dele;
- 4 – prestar assessoramento jurídico ao Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Art. 28 – O Consultor Jurídico delegará poderes a integrantes da Consultoria, para atuação em Juízo ou fora dele, na medida das necessidades do serviço.

Art. 29 – Todos os pronunciamentos da Consultoria Jurídica, nos processos submetidos a seu exame, deverão conter, além do parecer do relator, “visto” do Consultor, ao qual é facultado proferir voto em separado, sempre que discordar do parecer emitido.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 – Os Gabinetes dos membros da Comissão Executiva não poderão ter em sua lotação, além da estrutura prevista em lei ou decreto, mais de doze (12) servidores na Presidência, 10 (dez) na 1.ª Secretaria e seis (06) na 2.ª Secretaria.

Art. 31 – Os Gabinetes da 1.ª e 2.ª Vice-Presidência, 3.ª e 4.ª Secretarias não poderão ter em sua lotação, além da estrutura prevista em lei ou decreto, mais de 2 (dois) funcionários.

Art. 32 – Os Gabinetes dos Senhores Deputados serão constituídos de, no máximo 4 (quatro) funcionários, sendo 2 (dois) servidores para ocupar os cargos em Comissão de Assessor Parlamentar, 1 (um) do Poder Legislativo e 1 (um) de outros Poderes.

Parágrafo único – A Comissão Executiva poderá atribuir gratificação por serviços extraordinários a, no máximo 3 (três) funcionários lotados nos Gabinetes dos Senhores Deputados.

Art. 33 – Nos Gabinetes do PDS, do PMDB, do PP e do PTB, serão lotados, além da estrutura prevista, mediante requisição dos Líderes, à Diretoria Geral, respectivamente três (03), dois (02), um (01) e um (01) funcionários ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo, Bacharéis em Direito, para prestar assistência judiciária às partes encaminhadas pelos integrantes das mencionadas bancadas, e mais seis (06) funcionários do PDS, cinco (05) no PMDB, três (03) no PP, três (03) no PTB e quatro (04) na Liderança do Governo.

Art. 34 – A lotação de funcionários do Quadro da Secretaria da Assembléia na Consultoria Jurídica será de, no máximo, três (03) servidores e dependentes de solicitação expressa do Consultor e autorização do Diretor Geral.

Art. 35 – Fica transferido o cargo de Chefe da Divisão de Segurança, do Departamento Administrativo, para o Serviço de Segurança.

Art. 36 – Fica atribuída aos funcionários do Quadro da Secretaria da Assembléia que forem designados para exercer a função de Coordenador, Analista de Sistema, Consultor Jurídico, Assistente de Gabinete, Chefe do Cerimonial, Assistente Legislativo, Sub-Tesoureiro e Coordenador de Execução de Auxílios Sociais, a função Gratificada F-1 prevista na Lei n.º 6.119, de 29 de junho de 1970.

Art. 37 – O Diretor Geral será substituído, nos impedimentos eventuais, por funcionário do Quadro da Assembléia que indicar a Comissão Executiva; o Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa será substituído pelo Chefe da Divisão de Assistência Técnico-Administrativa; o Diretor do Departamento Legislativo será substituído pelo Chefe da Coordenação Legislativa; o Diretor do Departamento Administrativo será substituído pelo Chefe da Coordenação de Assessoramento Técnico; o Diretor do Departamento de Finanças será substituído pelo Chefe da Coordenação de Assessoramento Técnico; o Diretor do Departamento de Pessoal será substituído pelo Chefe da Coordenação de Assessoramento Técnico; o Consultor Jurídico e os chefes de órgãos autônomos serão substituídos por funcionários que indicarem, através de expediente especial, ao Diretor Geral.

Art. 38 – A Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal, será exercida por funcionário do Quadro de Pessoal da Assembléia, portador de diploma de Bacharel em Direito, preferencialmente especializado em Direito Trabalhista e Direito Administrativo (estatutário).

Art. 39 – Os funcionários designados para integrar ou servir comissões ou grupos de trabalho de natureza administrativa, não ficarão dispensados das atribuições inerentes aos cargos, na lotação originária.

Parágrafo único – O disposto neste artigo, também se aplica ao funcionário designado para prestar serviços junto a Comissões de natureza legislativa.

Art. 40 – As dependências físicas do Palácio 19 de Dezembro somente serão cedidas para reuniões estranhas ao funcionamento da Assembléia e de seus órgãos, quando forem patrocinados pela Assembléia, por decisões do Plenário ou da Comissão Executiva.

Art. 41 – Os funcionários somente poderão dirigir-se, exceto quando convocados, aos membros da Comissão Executiva, por intermédio dos seus Diretores.

Art. 42 – É vedado o ingresso de funcionário de ambos os sexos no Plenário ou no recinto das Comissões Técnicas, durante as sessões, sem estar convenientemente trajado.

Art. 43 – Enquanto estiverem no exercício efetivo da Presidência, Tesouraria e Secretaria da “CABENFALE”, os funcionários ficarão dispensados do expediente, sem prejuízo de suas vantagens e direitos.

Art. 44 – A Comissão Executiva instituirá cursos intensivos de treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários, para melhor habilitá-los a desempenhar com eficiência as atribuições dos respectivos cargos.

Art. 45 – A solicitação de funcionários de outros Poderes para ficar à disposição da Assembléia deverá ser autorizada expressamente pela Comissão Executiva.

Art. 46 – Os funcionários que nesta data estiverem designados para exercício da função de motorista, permanecerão nesta condição até 31 de dezembro de 1980.

Art. 47 – Os veículos do Poder Legislativo só poderão ser dirigidos por motoristas designados para o cargo nos respectivos Gabinetes.

Art. 48 – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 28 de março de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2º Secretário